

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO
INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS NA ATUALIDADE**

CARLA LIANE DOS SANTOS

FLORIANÓPOLIS – SC

2016

CARLA LIANE DOS SANTOS

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO
INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Edilane Bertelli

FLORIANÓPOLIS – SC


2016

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA LIANE DOS SANTOS

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO
INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS NA ATUALIDADE**

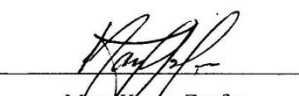
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, defendido e aprovado em Banca Examinadora, no mês de agosto de 2016, composta pelos seguintes integrantes:



Dra. Edilane Bertelli (Orientadora)
Docente DSS - UFSC



Dra. Keli Regina Dal Prá
Docente DSS - UFSC



Mary Kazue Zanfra
Assistente Social - CRAS/PMF

*Dedico este trabalho ao
meu esposo Fábio, minha filha Marcela e
à minha mãe Érida,
os maiores amores da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço por chegar ao final dessa etapa e ter a certeza de que enfrentar os obstáculos para adquirir conhecimento não é em vão.

À minha filha Marcela, amor imensurável, sempre presente em todos os momentos da minha vida e que tanto me incentivou quando esmoreci em muitos momentos.

Ao meu AMOR Fábio, por ter feito a minha inscrição para o vestibular sem que eu soubesse, muito obrigada, porque começou da sua teimosia a certeza de que sempre quis ser assistente social.

À minha mãe Érida que muito me ensinou, transmitiu a sua alegria de viver, você mãe, espírito iluminado, que lutou muito pelos meus estudos, obrigada!

Ao meu sogro João, pelo respeito e confiança, por sempre me receber de braços abertos em sua família e estar ao meu lado.

À minha cunhada-irmã de outras vidas, muito obrigada por toda a amizade, conselhos e amor que sente por mim. Você Felipe, que está há pouco tempo na família, mas tem demonstrado ser um ótimo amigo.

Aos meus cachorros: Kali, Bidugo e Shanti por tanto amor e companheirismo!

Ao meu pai, obrigada meu querido; o senhor tenha a certeza de que também me encorajou a aproveitar cada momento de conhecimento na Universidade. Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos.

À Vanda e Verinha, minhas tias de coração, Giul e tio Mauro, obrigada por me respeitarem tanto!

À minha sogra Vera pelo apoio e compreensão ao longo de todos esses anos.

Às minhas queridas amigas: Dani Mariano, Eglaiá, Janine, Kamilla Cardoso, Laíse, Manu, Simara, Thuane. Construimos uma linda amizade ao longo da graduação e quero muito que continue por toda a vida. Amo muito vocês! Dayana, Kika, Maria e Alegre, obrigada!

Agradeço imensamente aos docentes por compartilharem seus conhecimentos, especialmente Edilane Bertelli, Kathiúça Bertollo, Dilceane Carraro e Claudemir Osmar da Silva, que no decorrer da graduação fortaleceram a importância de um posicionamento crítico e político para desvelar a realidade.

A todos os profissionais do CRAS do Rio Tavares que me acolheram tão bem durante um ano de estágio, em que pude apreender o exercício profissional da forma como sempre idealizei, articulando teoria e prática e engrandecendo minha busca por direitos, dignidade e respeito.

À Mary, minha supervisora de campo que me apoiou em todos os dias do processo de estágio. Você é o exemplo concreto de que é possível encontrar em um profissional confiança, coragem, conhecimento, dignidade e respeito. Obrigada por ter me ensinado tanto!

Aos idosos com os quais dialoguei e se dispuseram a participar deste estudo, meu muito obrigada.

À minha orientadora Edilane, por ter me apoiado na escolha de um tema tão complexo, por ter tido tanta paciência em momentos de insegurança, por ter me acompanhado até o fim dessa trajetória, muito obrigada professora!

Por fim, agradeço a todos que fazem parte da minha vida, ainda que não tenha mencionado seus nomes.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se analisar o tema da velhice a partir de reflexões sobre as categorias de idade, sua construção social e o processo de envelhecimento populacional, apontado como tendência mundial devido ao aumento constante nas últimas décadas, em âmbito nacional e internacional, da parcela da população com idade igual ou superior a sessenta anos. Buscou-se compreender, para além da biologia e da natureza, aspectos sociais, culturais e demográficos relacionados a esse tema e a esse processo social com base em estudos das ciências humanas e sociais, bem como refleti-los a luz de depoimentos de pessoas idosas sobre como pensam e vivenciam o processo de envelhecimento. A metodologia adotada, de natureza qualitativa, envolveu pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com cinco idosos. Ao fim, considera-se que as categorias de idade cronológica e a velhice nas sociedades ocidentais contemporâneas requerem que sejam compreendidas como construções sociais, cujas significações e vivências não são universais e homogêneas conforme os vários pertencimentos sociais (classe, gênero, etnia).

PALAVRAS-CHAVE: Velhice; Envelhecimento Populacional; Categorias de Idade.

SIGLAS

ANG – Associação Nacional de Gerontologia
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CMI – Conselho Municipal do Idoso
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNDI – Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos
COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAI – Plano de Ação Internacional
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNI – Política Nacional do Idoso
PNSI – Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC – Serviço Social do Comércio
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DE IDADE	12
CAPÍTULO II - CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO	21
2.1 - Interpretações e significados históricos da velhice	21
2.2 - Envelhecimento na contemporaneidade: interpretações e significados sociais	23
CAPÍTULO III - ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DIREITOS E POLÍTICAS SOCIAIS.....	31
3.1 - Mudanças sociodemográficas e envelhecimento populacional.....	31
3.2 - Direitos e políticas sociais para os idosos	34
3.3 - Percepções sobre a velhice e o envelhecimento.....	41
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso abordamos o tema da velhice considerando algumas reflexões sobre as categorias de idade e o processo de envelhecimento populacional, que tem sido apontado como tendência mundial por instituições de pesquisa e estudiosos do assunto, ou seja, tem aumentado o número de idosos nas últimas décadas e também a expectativa de vida dessa população com idade igual ou superior a sessenta anos.

Algumas inquietações e indagações em relação a esse aspecto da realidade social são anteriores à formação profissional na graduação em Serviço Social, mas aumentaram neste processo em face da compreensão da seletividade que rege as políticas sociais e da constatação de que se trata de tema tangencial e contemplado dispersamente. Entre as categorias de idade cronológica, ao considerarmos que têm servido em sociedades ocidentais capitalistas para definir também o acesso a determinados direitos sociais, é a que menos encontramos pesquisas e debates no Serviço Social. Isto também se reflete nas disciplinas da graduação, pois em nenhum momento houve discussões relacionadas especificamente à velhice, indicando a necessidade de modificarmos essa realidade.

Conforme Vasconcelos e Gomes (2012, p. 541), “a partir da segunda metade do século XX, a população idosa sofreu diversas transformações. As primeiras mudanças referem-se ao descenso dos níveis de mortalidade, com a queda das taxas de mortalidade infantil e o aumento de esperança de vida ao nascer”. Dessa dinâmica decorreu o aumento da população de idosos e o surgimento de um conjunto de reflexões e preocupações, as quais em alguns estudos da demografia e da gerontologia, por exemplo, tendem a considerar esse fenômeno social tão somente como problema social. Em contraposição, Guita G. Debert critica essa concepção que, em geral, baseia-se na compreensão das categorias de idade como processos biológicos universais, bem como problematiza a constituição de discurso científico especializado sobre esses temas, portanto, portadores de verdades que se supõem generalizáveis.

Considerando esses elementos, objetivamos compreender aspectos sociais, culturais e demográficos relacionados ao tema da velhice e do envelhecimento, assim como as concepções em estudos das ciências humanas e sociais. Assim, buscamos conhecer as reflexões sobre categorias de idade e nesta a construção social da velhice, ou seja, como foram significadas; identificar as dinâmicas sociodemográficas que mostram o processo de envelhecimento populacional; caracterizar alguns dos direitos sociais dos idosos na sociedade

brasileira atual; conhecer como pessoas idosas pensam e vivenciam o processo de envelhecimento.

Para alcançar esses objetivos realizamos pesquisa bibliográfica em livros e artigos de periódicos científicos, tendo como principais palavras-chave: velhice, envelhecimento populacional, categorias de idade. Nesse levantamento observamos a publicação de estudos voltados ao cuidado e aos cuidadores de pessoas idosas, mas que não foi nosso foco. Constatamos também a recorrência nos estudos selecionados de referências aos trabalhos da antropóloga Guita G. Debert, por isso as reflexões desta autora foram centrais nesse TCC. Por meio de pesquisa documental acessamos informações sobre os atuais direitos e políticas sociais aos idosos no Brasil, assim como dados sociodemográficos em institutos governamentais.

No sentido de conhecer como pessoas idosas vivenciam e pensam a velhice, realizamos entrevista semiestruturada com cinco idosos, sem a pretensão de generalizar ou universalizar as reflexões, mas sim por em diálogo suas falas com as reflexões teóricas abordadas ao longo do trabalho. Os idosos escolhidos foram a partir de sua participação em ações desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Rio Tavares, no município de Florianópolis – SC, onde realizamos estágio supervisionado obrigatório I e II em Serviço Social entre agosto de 2015 a julho de 2016. Contatamos previamente por telefone para saber de sua disponibilidade e, diante do aceite, marcamos o dia, horário e local à escolha deles. Os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo, portanto, usamos nomes fictícios para identifica-los.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos as reflexões sobre categorias de idade e como estas se constituíram nas sociedades ocidentais modernas. No segundo capítulo discorremos acerca da construção social da velhice e do processo de envelhecimento populacional nessas sociedades, abordando algumas interpretações e significados históricos e atuais. No terceiro capítulo, dividido em três subitens, apontamos as mudanças sociodemográficas relacionadas ao envelhecimento da população e as perspectivas de intervenção da sociedade e do Estado em face dos direitos sociais aos idosos alcançados na Constituição Federal de 1988; ainda, analisamos as percepções dos idosos sobre suas experiências de envelhecer, de viver a velhice.

Para o Serviço Social, que atua na direção do fortalecimento dos direitos conquistados e dos sujeitos sociais, acolher as demandas da velhice constitui um desafio, visto que a visibilidade que requer esse tema é ainda incipiente, constatando essa fragilidade não só dentro da graduação, mas em tantos outros espaços nos quais se discutem grupos sociais.

CAPÍTULO I

REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DE IDADE

Nas últimas décadas, tanto em âmbito nacional quanto mundial, tem sido uma constante o reconhecimento do processo demográfico de envelhecimento populacional, o qual repercute nas esferas econômica, política, social e cultural das sociedades. As repercussões deste processo não são homogêneas para os diversos e diferentes contextos históricos e grupos sociais, pois estão implicados um conjunto de fatores, dentre estes, as próprias concepções e significados acerca da velhice, do idoso, da terceira (e quarta) idade. Nesse sentido, as reflexões iniciais sobre este aspecto foram elaboradas a partir de estudos da área da antropologia, em particular aqueles produzidos por Guita Grin Debert, que aparece frequentemente referenciada na literatura científica por outros estudiosos do tema no Brasil.

Conforme a afirmação de Debert (1998), a vida é uma construção ininterrupta de simbologias e entendimentos sobre os indivíduos e o seu lugar nas relações sociais. E, para a antropologia em específico, pesquisando as formas de periodização da vida, as categorias de idade presentes nas sociedades e seus significados socioculturais se podem alcançar elementos singulares para se pensar a produção e a reprodução da vida social. Estudar esses aspectos da vida é relevante para quem busca, nessas dimensões, entender os tipos de organização social, as formas de controle de recursos, o envolvimento político e as singularidades culturais ao desbravá-los.

O tema velhice, na ótica de Debert (1994, 1998), está marcado por três conjuntos de dificuldades na realização de estudos: o fato de as categorias de idades culturalmente produzidas serem referenciadas em processos biológicos universais; a percepção dessas categorias nas sociedades ocidentais contemporâneas como problemas sociais; a constituição de um discurso científico especializado sobre esses temas.

Como primeira dificuldade apontada para aqueles interessados em pesquisas sobre envelhecimento, é considerar a velhice como uma categoria construída socialmente. Nesta perspectiva, Gaglietti e Barbosa (2007) citam Halbwachs ao afirmar que um indivíduo isolado, sem nenhum tipo de relação e experiência social com outros indivíduos nem saberia que um dia morreria. Estudar esse tema requer, portanto, que se faça uma diferenciação entre um fato universal e natural (nascimento, crescimento e morte como ciclo biológico do ser humano) e um fato social e historicamente construído, envolvendo variadas formas de entender e viver o envelhecimento. Assim,

Da perspectiva antropológica, e também da pesquisa histórica, trata-se de ressaltar, em primeiro lugar, que as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos (DEBERT, 1998, p. 50).

Os estudos etnográficos, próprios da antropologia e que esmiúçam as características de uma determinada cultura, demonstram, segundo Debert (1998), que em todas as sociedades se observam a existência de grades de idades e que cada cultura tem a propensão de organizá-las de modo específico, mostrando que a idade não é um dado da natureza, tampouco um princípio que constitui naturalmente os grupos sociais ou um fator que explique os comportamentos dos indivíduos. Diferentemente, a psicologia do desenvolvimento, por exemplo, compreende as fases da vida como etapas unilineares, ou seja, mesmo havendo diferenças culturais e sociais próprias de cada sociedade, ainda assim são vistas como etapas as quais todos os indivíduos percorrem indistintamente, sendo entendidas, por esta razão, como processos universais.

Na análise dessa autora, a ruptura com pressupostos naturalizantes e universalizantes é indispensável, pois inúmeras pesquisas realizadas demonstraram que em grupos etários (infância, adolescência, velhice, por exemplo) outros determinantes significam as fases da vida e não uma sequência única adquirida com o avanço da idade cronológica. Importante, sob essa ótica, observar como um processo biológico é formulado simbolicamente com rituais que definem limites entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente os mesmos em todas as sociedades. Embora em outro campo do conhecimento, também Minayo e Coimbra Junior (2002, p.15) reiteram sua construção social e histórica, quando afirmam que “o processo biológico, que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por meio de rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social”.

Para Gaglietti e Barbosa (2007), as particularidades biológicas – como sexo e idade – servem geralmente para estabelecer critérios de classificação dos sujeitos no espaço social e sua construção vincula-se à criação de instituições e de agentes especializados que se pautam nessas definições para fundamentar suas atividades. São definições que não derivam da “natureza” e sim de um trabalho social de produção das populações, de sua categorização e constituição segundo critérios jurídicos das instituições, como exemplo, o sistema escolar, médico, de proteção social e o próprio mercado de trabalho. Sobre esse aspecto os autores mencionam a crítica de Halbwachs sobre a forma de a idade ser utilizada como princípio de formação de grupos com determinada “consistência social”, pois

Segundo este pesquisador, a idade não é um dado natural, embora possa servir de instrumento para avaliar a evolução biológica dos indivíduos, assim como a dos animais. Assim, sendo apenas um instrumento de medição, não poderia definir aquilo que mede. Desse modo, a noção de idade, aquela que é designada em número de anos, é o produto de determinada prática social: medida abstrata cujo grau de precisão – reconhecido em certas sociedades – é exigido, sobretudo, pelas necessidades da prática administrativa, uma vez que já não é suficiente a identificação dos indivíduos, dada pelo nome e lugar de moradia. (Gaglietti e Barbosa, 2007, p. 139).

Em suma, sua crítica se dirige a essa maneira de demarcar a “funcionalidade” de cada sujeito no espaço social “pelas necessidades da prática administrativa”, ocultando, no desenvolvimento de cada indivíduo, formas de viver, necessidades, fragilidades não mostradas que poderiam contribuir para uma análise mais apurada de quem são essas pessoas e como realmente desenvolvem-se no tempo. Para que haja um entendimento sobre a periodização da vida, sua construção por categorias de idade, há a necessidade de se pensar em desconstruir certezas do que se vivencia, o que se sabe sobre a evolução das etapas de idade, porque não existe somente uma única construção.

No que se refere às construções sociais e históricas das categorias de idade, Debert (1998) remete ao francês Phillipe Ariès, cujo livro sobre a história social da infância constitui um estudo exemplar da construção social de categorias de idade na Idade Média. O historiador mostra que a criança como categoria não se constituía tal como a conhecemos na modernidade, observando que sua formação se deu a partir do século XIII, quando ocorre um distanciamento maior entre crianças e adultos. Até então as crianças na França medieval não viviam separadas dos adultos e quando os pais ou responsáveis percebiam que já possuíam condições físicas para o trabalho, em idade relativamente prematura, trabalhavam e participavam da vida social dos adultos. A noção de infância, portanto, se desenvolveu ao longo dos séculos e, gradualmente, a criança passou a ser tratada como problema específico: seja nas brincadeiras, nas roupas e nas escolas para prepará-las à vida adulta.

Ainda sobre esse aspecto, Debert (1994) cita Norbert Elias e seus estudos sobre o processo civilizador como também reveladores da construção histórica da infância e do adulto. De acordo com esse historiador, o comportamento dos adultos na Idade Média era mais espontâneo e,

Os controles sobre as emoções eram menos acentuados e sua expressão, como ocorre com as crianças, não carregava culpa ou vergonha. A modernidade [...] teria alargado a distância entre adultos e crianças, não apenas pela construção da infância como uma fase de dependência, mas também através da construção do adulto como um ser independente, dotado de maturidade psicológica, direitos e deveres de cidadania. (DEBERT, 1994, p. 11).

Modos de periodizar a vida e definir práticas sociais conforme as categorias etárias e de classe são apontadas por Debert (1994) a partir dos estudos de George Duby sobre a aristocracia francesa do século XII, quando mostrou a construção da juventude como fazendo parte do que se entende como etapa da vida e de sua percepção como o período que compreende a saída da infância e antecede o casamento (o que nos dias atuais é parte do que denominamos de adolescência). Etapa, porém, formada como uma estratégia para que o poder e o patrimônio dessas famílias abastadas fossem resguardados; não se constituindo, porém como um fator ligado a idade biológica, porque, de acordo com sua pesquisa, indivíduos com as mais diferentes idades constituíam essa categoria.

As categorias de idade e os significados das ações dos indivíduos nessas etapas da vida não são consequências de um processo de evolução científica caracterizado por formas cada vez mais exatas de estabelecer padrões no desenvolvimento biológico dos seres humanos, as quais ocultam as determinações sociais, culturais e econômicas. Lidar com as categorias de idade no desenvolvimento das relações sociais implica uma infindável troca de aprendizados e questionamentos desses determinantes, mesmo com periodizações socialmente definidas. Conforme Debert (1998, p. 53), ressaltando Pierre Bourdieu,

a manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida. Por isso, Bourdieu afirma que, ao tratar das divisões por idade, [requer] lembrar que elas são uma criação arbitrária (Grifo nosso).

Mesmo sabendo que as categorias de idade são “construções culturais” e que ao longo da história adquirem novos contornos sociais com as ações dos sujeitos, não significa dizer que não tenham sua efetividade em contextos específicos. Essas categorias realizam recortes na sociedade como um todo, construindo direitos e deveres distintos, definindo relações entre gerações, distribuindo privilégios e poder. Para Debert (1998), a fixação de idades é essencial à organização social, como por exemplo, o estabelecimento da maioridade civil para a organização política, o início da idade escolar para a organização do sistema de ensino, a entrada no mercado de trabalho para a organização dos mercados e dos sistemas de proteção. Desta forma,

Mecanismos fundamentais de distribuição de poder e prestígio no interior das classes sociais têm como referência a idade cronológica. Categorias e grupos de idade implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (DEBERT, 1998, p. 53).

Woortmann e Woortmann (1999) argumentam que não existem categorias absolutas que tenham o poder de adequar os sujeitos, elas se afirmam umas às outras: a criança existe na relação com o adulto; ou só se é velho quando se usa o jovem como referência. Na complexidade da constituição dos sujeitos, somos tanto jovens quanto velhos dependendo do contexto em que se estabelecem determinadas vivências.

Beauvoir (1970, p. 09), por sua vez, destacou a ambiguidade que envolve a velhice se comparada às demais categorias etárias:

A atitude da sociedade para com os velhos é, por outro lado, profundamente ambígua. Em geral, ela não encara a velhice como uma fase da idade nitidamente marcada. A crise da puberdade permite traçar entre o adolescente e o adulto uma linha de demarcação que é arbitrária apenas dentro de limites estreitos: com 18 anos, com 21 anos, os jovens são admitidos na sociedade dos homens. Quase sempre os “ritos de passagem” envolvem esta promoção. O momento em que começa a velhice é mal definido, varia de acordo com as épocas e lugares. Não se encontram em parte alguma “ritos de passagem” que estabeleçam um novo estatuto.

Partindo do princípio de que as pesquisas antropológicas buscam especificidades em uma determinada sociedade – cultural, social, econômica – Debert (1998) afirma que não se descartam a existência de alguns aspectos comum entre as diferentes sociedades, o que poderia indicar questões ligadas aos velhos no tratamento da velhice independentemente das variações culturais. Cita, para tanto, Leo Simmons que, a partir de um conjunto de estudos etnográficos, buscou encontrar padrões universais ligados ao envelhecimento ao analisar o que acontecia em 71 (setenta e uma) sociedades chamadas primitivas culturalmente e com diferenças culturais significativas.

A partir de critérios que poderiam servir de base para a comparação transcultural, tais como as formas de subsistência, o direito de propriedade, as atividades econômicas, a vida doméstica, a organização política, o conhecimento da tradição, as crenças e rituais, a integração na família e no sistema de parentesco, o autor na busca por universais chegou ao entendimento de que estão presentes fatores constantes e relativos a interesses e objetivos centrais. Dentre estes: viver dignamente e prolongar a vida por muitos anos, sem sofrimento, seja ele físico ou psicológico, participando das decisões na sociedade em que vivem, ativos nas relações sociais as quais estiveram durante sua trajetória de vida, manter as prerrogativas sociais de autoridade e respeito. Todavia, na compreensão de Debert (1998, p. 54), são afirmações tão gerais que “não impedem que o envelhecimento apresente uma ampla variação nas formas pelas quais é vivido, simbolizado e interpretado em cada sociedade”.

Nas pesquisas realizadas sobre o processo de envelhecimento nas quais a busca por universais se faz presente, Debert alerta para o risco de esvaziamento das categorias e às dificuldades de precisar e delimitar os limites dessa etapa da vida, posto que

Na pesquisa antropológica, muitas vezes é a impressão que o pesquisador tem sobre a aparência do pesquisado que o leva a caracterizar os indivíduos como velhos. Outras vezes, é a autodefinição do informante e, na maioria das vezes, uma determinação aproximada de sua idade cronológica (DEBERT, 1994, p.14-15).

Se a referência para as análises das categorias de idade (velhos, jovens, adolescentes e crianças) for os anos vividos ou a aparência das pessoas, a autora chama atenção ao risco de obscurecer em diferentes sociedades os significados e importância desses grupos e categorias na sua organização, direcionando dessa forma o entendimento para questões mais aparentes e pontuais. E, desta forma, não levando em conta algumas questões que poderiam complexificar as análises, como, por exemplo, enxergar os significados e diferenças entre idade geracional, idade cronológica e níveis de maturidade como princípios que organizam as trajetórias sociais no curso da vida.

Sobre idades cronológicas baseadas num sistema de datação, Debert traz à tona o antropólogo Meyer Fortes ao afirmar que estas,

estão ausentes da maioria das sociedades não ocidentais. Já nas sociedades ocidentais elas são um mecanismo básico de atribuição de status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria) etc. (DEBERT, 1998, p.56).

Neste sentido, para as sociedades não ocidentais, os estudos no campo da antropologia consideram, partindo da observação do ciclo de vida individual, a incorporação dos estágios de maturidade na organização da estrutura social que abrange o reconhecimento para a realização de determinadas tarefas, mas também a autorização para realizá-las. Debert (1998, p.56) destaca que “os estágios de maturidade diferem, portanto, da ordem de nascimento, posto que, apesar da diferença na data de nascimento, as pessoas podem estar autorizadas a realizar atividades próprias a um determinado grupo de idade”, ou seja, idade cronológica não determina por si o pertencimento aos estágios de maturidade, pois a “passagem de um estágio para outro não se orienta pela idade cronológica dos indivíduos, mas pela transmissão de *status* social, como poder e autoridade jurídica” (DEBERT, 1998, p. 56), e que, não raro, depende da decisão dos mais velhos. Ainda, ressalta que estágio de maturidade e ordem de nascimento nada tem a ver com geração; isto significa dizer que em determinadas situações

uma decisão para o bem comum e até mesmo resolução de conflitos, um filho poderá agir de forma mais madura se comparado ao pai, que pela classificação cronológica é mais velha.

Todavia, a consideração desse autor sobre o estabelecimento da idade cronológica por um aparato cultural (sistema de datação), independente e neutro em relação à estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade nas sociedades ocidentais, é submetida à crítica. Contrariamente, Debert (1998) afirma que a imposição de critérios e normas relacionados à idade cronológica, nas sociedades ocidentais, se deve às exigências das leis que ditam direitos e deveres dos indivíduos, e não por haver uma cultura que domina a reflexão sobre esses estágios.

Na concepção de Fortes (apud Debert, 1994) sobre os sistemas de datação, dependentes que são das idades cronológicas para a definição de categorias, como crianças, adolescentes, jovens, adultos, velhos, terceira idade, seja como for, são insignificantes se não fundamentados nos direitos e deveres para alcançar o lugar de cidadão. Sob esta ótica, a idade cronológica tem relevância e predomínio sobre a família e parentesco devido à institucionalização jurídico-política dessas categorias e cujos “pertencimentos” determinam a cidadania. Porém, segundo Debert (1994), ao mesmo tempo em que a idade geracional constitui elemento importante para estruturação (organização) da família e do parentesco – “um pai é um pai, um irmão é um irmão, independentemente da idade cronológica ou estágio de maturidade” –, necessário se torna considerar as variações existentes nas sociedades no que diz respeito à separação ou à imbricação entre o domínio legal (instituído pelo Estado) e a família, bem como que geração não se restringe ao universo familiar.

Ainda, partindo dos estudos de Fortes para demonstrar que o processo de juntar pessoas em função da geração é diferente de agrupá-las em função dos estágios de maturidade ou da idade cronológica, dois aspectos são destacados por Debert (1994; 1998). Um deles relativo à incorporação, na análise das transformações históricas ocorridas na vida privada nas sociedades ocidentais contemporâneas, “do domínio do Estado, e da forma como ele redefine o espaço doméstico e familiar” (DEBERT, 1994, p. 19). O outro se refere ao reconhecimento de que as transformações históricas durante o processo de modernização ocidental não correspondem somente a maneira de como a vida é periodizada no tempo de passagem entre um e outro período e na sensibilidade em cada um desses processos, mas também ao próprio processo crescente de institucionalização do curso da vida e nelas perceber as mudanças que se configuram nas formas de convivência, no mundo do trabalho, na composição das famílias, nos espaços educacionais.

Sobre a institucionalização da vida na forma etária cronológica, Kohli e Meyer (apud Debert, 1994) usam, para designá-la, a expressão “cronologização da vida”. Segundo estes autores o processo de individualização da trajetória dos sujeitos (indivíduos) na modernidade teve na institucionalização do curso de vida uma de suas dimensões principais. Se noutros momentos históricos e noutras sociedades a idade cronológica não tinha importância alguma na forma de viver, nas sociedades ocidentais contemporâneas a idade cronológica se tornou um dos elementos fundamentais na organização social – observado, por exemplo, nas regulamentações das políticas sociais brasileiras, as quais adotam a idade cronológica como parâmetro de acesso.

Essa institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas, que cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos. (DEBERT, 1994, p. 19).

Debert (1998) destaca, ainda, que na modernidade essa institucionalização do curso da vida presente em nosso dia a dia não serve somente para estabelecer sequências da vida, mas constituem perspectivas e projetos de vida, nos quais os indivíduos planejam ações, sejam elas de forma individual ou coletiva. Nesse sentido, a geração como processo da vida humana ultrapassa a instituição família.

A concepção de gerações nos séculos XIX e XX, de acordo com Kriegel (apud Debert, 1998), não significa a sucessão de um grupo por outro ou a substituição do mesmo pelo mesmo consoante a tradição. Entender geração envolve um conjunto de mudanças que estabelecem costumes e comportamentos singulares a determinada geração – do pós-guerra, da televisão, do consumismo em massa. Ou seja, “a geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras” (DEBERT, 1998, p. 60). A geração mais do que a idade cronológica, conforme pesquisas sobre grupos de idade, representa a forma privilegiada de os sujeitos conduzirem suas experiências para além do contexto familiar, sendo também que esses mesmos sujeitos participam ativamente na direção das mudanças na sociedade, nos comportamentos sociais, na construção da memória coletiva e da própria tradição.

A noção que se tem de ciclos durante a vida perde sentido na modernidade. Fazia outro sentido na vida dos sujeitos a ideia de gerações (sociedades pré-modernas), visto que estava diretamente vinculada a respeitar, seguir tradições, dar continuidade. Para Debert (1998, p. 60-61):

Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagem ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise.

Por fim, Debert (1994; 1998) chama a atenção para o fato de que nas sociedades contemporâneas as pesquisas sobre aspectos do envelhecimento tendem a apresentar a velhice como um problema social. Defende, portanto, a necessidade de indagar, bem como analisar, quem são os agentes que realizam essas definições, quais representações dominam na organização das práticas sociais a partir das idades e os comportamentos considerados adequados ou não, como os velhos, vivendo em condições diferentes e desiguais, reelaboram-nas e redefinem suas práticas, para não perceber e reduzir o envelhecimento e a velhice a problemas sociais.

CAPÍTULO II

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO

2.1 - Interpretações e significados históricos da velhice

Construir uma ideia sobre a velhice é, minimamente falando, um processo complexo, porque, como já explicitado na primeira parte deste trabalho não é algo que nos é dado naturalmente, ou seja, não se passa pela vivência humana sabendo exatamente o dia e a hora em que ela chegará. Velhice como todas as outras categorias de idade é uma construção social, multicultural e para entendê-la os pesquisadores das mais diversas áreas – antropólogos, assistentes sociais, psicólogos, médicos, sociólogos – devem estar atentos ao fato de que os indivíduos passam por esse processo também de forma singular, independente do meio cultural em que vivem.

Não é de agora que as sociedades estudam a velhice e o que pensam a seu respeito. Lemos et al. (2001, p. 02) remetem aos tempos dos Babilônios, dos Hebreus, da Grécia Antiga, dentre outros, que conferiram significados e entendimentos sobre esse processo.

Para os Babilônios a imortalidade e formas de como conservar a juventude estiveram muito presentes. A Grécia Clássica relegava os velhos a um lugar subalterno e a beleza, a força e a juventude eram enaltecidas como se evidenciava para alguns filósofos gregos. Porém, Platão trouxe uma nova visão [na qual] a velhice conduziria a uma melhor harmonia, prudência, sensatez, astúcia e juízo. Na sociedade romana os anciões tinham uma posição privilegiada. O direito romano concedia a autoridade de “pater famílias” aos anciões. (...). Nas culturas Incas e Aztecas, a população anciã era tratada com muita consideração. (LEMOS et al., 2001, p. 02, grifo nosso).

De acordo com esses autores, a partir da queda do Império Romano os anciãos foram perdendo a posição de destaque e respeito que detinham na sociedade e se tornaram “vítimas da superioridade juvenil”. Afirmam ainda, que, “em termos gerais, a etapa do Cristianismo expôs uma visão negativa da velhice. Este tema deixou de interessar aos escritores cristãos que mencionavam a velhice com relação a moral e a associavam com decrepitude, feiura e pecado.” (LEMOS et al., 2001, p. 03).

A concepção moderna de isolamento dos velhos em retiros remonta ao século VI, quando se identificou a velhice com a cessação das atividades. Durante o período do Renascimento permaneceu a ideia da “inevitável decrepitude e do caráter melancólico da velhice”. Mas, segundo Lemos et al. (2001, p. 03),

O século XVI se caracterizou por uma violência e um ataque contra a velhice, como consequência da adoração e culto da beleza e juventude. Willian Shakespeare personificou vários aspectos da velhice, como em “Rei Lear”. Erasmo de Roterdã, em sua obra “Elogio da Loucura” concebia a velhice como uma carga e a morte como necessária. Ele considerava que a loucura era o único remédio contra a velhice.

O pensamento científico dos séculos XVI e XVII trouxe novas formas de analisar a velhice, destacando a observação, a experimentação e a verificação para descobrir as suas causas. As primeiras aproximações científicas sobre velhice, segundo Pinheiro Júnior (2005), surgem no século XVI quando Bacon e Descartes mostraram-se interessados em estudar aspectos pertinentes ao envelhecimento. Todavia, o primeiro a apresentar um trabalho científico sobre a velhice foi o médico francês Jean Marie Charcot, em 1867, denominado: Estudo Clínico sobre a Senilidade e Doenças Crônicas; preocupou-se em analisar o processo de envelhecimento, suas causas e consequências sobre o organismo – não sua imortalidade.

Embora tenha havido modificações na forma de entender esse processo, segue acompanhado de significações construídas nas relações sociais ao longo da trajetória histórica, que, geralmente, vem associada à ideia de que há uma inevitável decadência na forma de viver, como a última etapa da vida, antecessora da morte.

A palavra velhice é carregada de significados como inquietude, fragilidade, angústia. O envelhecimento é um processo que está rodeado de muitas concepções falsas, temores, crenças e mitos. A imagem que se tem da velhice mediante diversas fontes históricas, varia de cultura em cultura, de tempo em tempo e de lugar em lugar. Esta imagem reafirma que não existe uma concepção única ou definitiva da velhice, mas sim concepções incertas, opostas e variadas através da história (LEMOS et al., 2001, p. 02).

Ao traçar a trajetória da elaboração de concepções sobre o envelhecimento considerando os contextos francês e brasileiro, Peixoto (1998), mostra que na França há alguns séculos esse tema desperta interesse. Exemplifica no século XVIII com os escritos pela marquesa de Lambert, em 1748, de um guia para as mulheres envelhecidas (Traitè de la vieillesse) que defendia a paz e a piedade como primordiais para uma velhice tranquila e em família. Ou ainda, no século XIX, com a publicação pela baronesa de Maussion do livro “Quatre lettres sur la vieillesse des femmes” em 1822, que indicava para a boa velhice, além da piedade e da paz, a sociabilidade, ou seja, a manutenção constante pelos velhos de relações sociais com os mais jovens.

Porém, conforme Peixoto (1998, p.70), somente no final do século XIX os franceses deram tratamento social à velhice, quando se passou a diferenciar “os velhos dos mendigos internados nos “depósitos de velhos” e nos asilos públicos”. Nesse contexto a questão da

velhice era colocada para caracterizar aqueles indivíduos que não possuíam condições de assegurar seu sustento financeiramente – o despossuído, o indigente. Construíram-se concepções distintas para tratar a velhice conforme o pertencimento social de classe: “designava-se mais correntemente como velho (vieux) ou velhote (vieillard) os indivíduos que não detinham estatuto social, enquanto os que o possuíam eram em geral designados como idosos (personne âgée)” (PEIXOTO, 1998, p. 71). Cabe situar que no século anterior a designação “velhote” não era entendida de forma pejorativa, pois os velhos que tinham riquezas, vistos como bons cidadãos e bons pais, também eram chamados dessa forma.

Embora a velhice tenha merecido, desde então, a atenção dos poderes públicos, ela só atraiu o interesse das ciências sociais francesas há algumas décadas. Quanto ao Brasil, diria que as políticas sociais e o interesse do estado nessa questão caminham a passos lentos, e só recentemente certas áreas das ciências sociais despertaram para o estudo dessa temática (PEIXOTO, 1998, p.70).

2.2 - Envelhecimento na contemporaneidade: interpretações e significados sociais

Nas sociedades ocidentais europeias da primeira metade do século XX, sob a lógica das relações de produção capitalista, a velhice era expressa de forma estigmatizada, pois estava associada à decadência e à improdutividade, além de se referenciar às pessoas da classe trabalhadora empobrecida e às políticas de institucionalização e isolamento social dos velhos em asilos. Todavia, mudanças político-sociais ocorridas especialmente a partir da segunda metade do século XX implicaram modificações na representação social da velhice: motivadas pela adoção de novas políticas sociais relacionadas à proteção social emerge a noção de “idoso” e “terceira idade” (PEIXOTO, 1998; DEBERT, 1998).

Foi a partir da segunda metade do século XIX que “a velhice começou a ser tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais” e, que “o avanço da idade dar-se-ia como um processo contínuo de perdas e de dependência, que daria uma identidade de falta de condições aos idosos e seria responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice” (SCHNEIDER e IRIGARAY, 2008, p.586).

Pinheiro Junior (2005) afirma que nas sociedades ocidentais europeias será a partir da década de 1970 que novas pesquisas surgem com o intuito de analisar as consequências do envelhecimento e a participação das pessoas idosas na sociedade. Não se estudam mais

somente os aspectos físicos e mentais da velhice, mas também as transformações sociais provenientes do “envelhecimento populacional”. Pois,

No Brasil, a década de 1970, caracterizou-se pelo “boom” da velhice. A população com mais de 60 anos passou de 4,7 milhões (5% do total) em 1970 para 19 milhões (10%) hoje [1990]. E a ONU estima que esse número continue aumentando consideravelmente nos próximos 50 anos. Em 2050, um em cada quatro brasileiros será idoso (LEMOS et al., 2001, p. 01, grifo nosso).

Debert (2000), por sua vez, considera que pensar o significado da velhice é surpreender-se, em primeiro lugar, com a visibilidade adquirida na contemporaneidade. Até a metade da década de 1980, denunciar o silêncio se colocava como parte dos interesses de estudos ou ações voltadas à velhice. Referências neste sentido são os escritos de Beauvoir, em seu livro *A velhice* (1970) que “fornece indicações preciosas sobre o lugar do velho em diferentes contextos e interroga a vigência de uma “conspiração do silêncio” com relação ao tratamento dado à velhice” (CASTILHO, 2012, p.50).

Simone de Beauvoir (1970) explica em seu livro que muitas pessoas, sendo gentis ou não, principalmente idosos, repetiam a ela incansavelmente: “velhice, isso não existe”, que há tão somente pessoas menos jovens do que as outras. A velhice diante da sociedade se mostra “como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar” (BEAUVOIR, 1970, p.8). Sobre outros indivíduos (crianças, adultos) existem inúmeras literaturas e reflexões, diferentemente da velhice, que fora das obras especializadas as referências são raríssimas, por esta razão escreveu o livro, para quebrar a conspiração do silêncio envolta ao tema da velhice.

Um autor de histórias em quadrinhos teve que refazer uma série inteira porque havia incluído entre seus personagens um casal de avós “Risque os velhos” – ordenaram-lhe. Quando eu digo que trabalho num ensaio sobre a velhice, quase sempre as pessoas exclamam: “Que idéia!... Mas você não é velha!... Que tema triste...” (BEAUVOIR, 1970, p.8).

No que se refere às pesquisas relacionadas às dimensões do envelhecimento, segundo Debert (1998), uma dificuldade enfrentada reside no fato de a velhice nas sociedades ocidentais contemporâneas ter sido colocada como problema social. O entendimento da passagem da velhice como um problema social não é o resultado mecânico do aumento da população idosa, como se inclinam algumas pesquisas demográficas quando utilizam a noção “envelhecimento demográfico” e quando usada para justificar o interesse de cientistas sociais pelo tema. Fundamentando-se em Lenoir, Debert (1998, p. 62) argumenta que “um problema social é uma construção social e não o puro resultado do mau funcionamento da sociedade. A

constituição de um problema social supõe um trabalho em que, segundo o autor, estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão”.

Uma dada situação particular requer que se torne visível para que haja o reconhecimento do problema como social. Implica a atenção pública para ser enxergado como problema social e a ação de grupos socialmente preocupados em produzir uma nova categoria de visão do mundo social. A legitimação social do problema supõe esforços contínuos dos agentes envolvidos para inseri-lo nas preocupações sociais e nas agendas políticas. As formas de pressão, por sua vez, abrangem os agentes sociais e os interesses dos grupos sociais os quais representam.

Sobre as formas de expressão e manifestação de interesses e sua constituição em demandas públicas, Debert (1998, p. 63) destaca que há de se refletir sobre a diferença dos velhos em relação a outras categorias (jovens e adultos) quando reivindicam algum direito, pois, em geral, “não dispõem de meios sociais nem de instrumentos de acesso à expressão pública”. Conforme Chauí (apud BOSI, 2001, p.18), “o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele. (...) Por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara”.

Mais recentemente, decorrente dos princípios e dos direitos instituídos pela Constituição Federal de 1988, constituiu-se novos espaços de participação política, os quais implicam disputas de interesses representados por instituições e por agentes que lutam em defesa de direitos e condições dignas de vida em suas múltiplas dimensões. Para a população idosa brasileira constitui um espaço de luta pelo fortalecimento dos direitos adquiridos e pela conquista de tantos outros, os atuais conselhos de direitos. Algumas indagações, no entanto, são necessárias sobre como esse espaço representa seus interesses, quais necessidades sociais são reconhecidas e priorizadas politicamente, em que medida a voz dos velhos vem em primeiro lugar quando suas demandas se confrontam com objetivos políticos e institucionais.

Segundo Debert (2000), nos anos 1990 uma nova configuração se apresentou na sociedade brasileira e a questão da velhice foi transformada em algumas áreas em assunto privilegiado em face do envelhecimento demográfico. E chama a atenção a necessidade de considerar que se tratava de sociedade recém-saída de uma década na qual muitas lutas em torno de direitos sociais aconteceram – confirmados com a conquista da Constituição Federal de 1988, e que adentrou a década de 1990 sob os efeitos do ideário neoliberal, que dentre suas principais características consta a ação mínima do Estado para responder as reivindicações e necessidades da sociedade. Mas, considera ainda assim, que

Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o idoso é um [sujeito] que não está mais ausente do conjunto dos discursos produzidos. (DEBERT, 2000, p. 147, grifo nosso).

Esta autora, porém, adverte sobre algumas dificuldades relacionadas aos estudos sobre o envelhecimento nas sociedades ocidentais contemporâneas derivadas de sua constituição como objeto de um discurso científico – a gerontologia como especialidade. Os primeiros discursos dessa área foram conduzidos pelo campo médico e tratavam do envelhecimento orgânico do corpo visto como desgaste físico. Discurso este sobre o envelhecimento disseminado em obras especializadas e revistas responsáveis pela difusão desse saber e apresentação de medidas de higiene corporal relacionadas à retardação do envelhecimento.

A gerontologia abarcou uma pluralidade de especialistas e abordagens que, em geral, definiram a última fase da vida “como categoria de idade autônoma, com propriedades específicas, dadas naturalmente pelo avanço da idade e que exigem tratamentos especializados.” (DEBERT, 1998, p. 65). Constituem-se, dessa forma, conhecimentos e profissionais detentores de autoridade no assunto, inclusive para definir o reconhecimento da velhice como problema e ou perigo social.

No discurso contemporâneo do “problema social” do envelhecimento populacional adotado por determinados especialistas dessa área, já não se trata de resolver questões de melhorias de vida ligadas ao velho pobre ou de construir formas que ao avançar a idade as pessoas vivam com bem estar ou calcular contribuições que se adequem às despesas com a aposentadoria. “Trata-se agora de apontar os problemas que o aumento da população idosa traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o à diminuição das taxas de natalidade. O envelhecimento converte-se em perigo, em uma ameaça à vida social” (DEBERT, 1998, p. 65). Novamente, a velhice se delinea negativamente.

Peixoto (1998) observa que, a política social para a velhice na sociedade francesa desenvolvida a partir dos anos de 1960 trouxe mudanças no contexto social e uma nova percepção em relação às pessoas envelhecidas. Nos documentos oficiais relativos às políticas sociais, por exemplo, a utilização da expressão “velho” desaparece. Com a instituição das aposentadorias e o aumento no valor das pensões, os velhos – compreendidos como jovens aposentados – adquiriram maior prestígio social. De acordo com Peixoto (1998, p.73-74),

A introdução da noção menos estereotipada “idoso” foi bastante criticada por alguns especialistas do tema, como Lenoir (1984), para quem o termo idoso não é tão preciso quanto velho, mesmo que seja mais respeitoso. [...] trazendo consigo uma certa ambiguidade, o termo serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Para

além do caráter generalizante desse termo, que homogeneiza todas as pessoas de mais idade, esta designação deu outro significado ao indivíduo velho, transformando-o em sujeito respeitado. A partir de então os problemas dos velhos passaram a constituir necessidades dos idosos.

Mas, pondera que, se pretendia designar mais respeitosamente a população envelhecida e os velhos de camadas sociais mais favorecidas economicamente, o reconhecimento deveu-se antes com a criação da categoria aposentado “que introduz melhorias nas condições de vida das pessoas envelhecidas: através de instrumentos legais elas passaram a adquirir um estatuto social reconhecido” (PEIXOTO, 1998, p.74). Além disso, destaca que a aposentadoria como direito a inatividade remunerada possui significados controversos e, desta forma, sentida e vivida de distintas maneiras. Pode significar a perda de um papel social, de uma função como sujeito útil e produtivo na sociedade, e que para muitos representa um sintoma de envelhecimento. Para outros sujeitos, a significação pode ser positiva, pois como aposentado tem seu tempo livre para realizar novos projetos, os quais gostariam de ter feito em sua vida e que não realizaram por conta das responsabilidades com o trabalho e o sustento da família.

Ainda, sobre a categorização do envelhecimento em sociedades ocidentais europeias contemporâneas, Peixoto (1998) argumenta que os rumos dados pelas políticas sociais de integração da velhice, iniciada em 1962 na França, objetivaram modificações político-administrativas e, principalmente, transformações na imagem das pessoas envelhecidas. Os sujeitos são resignificados consoante às ideias difundidas pelos saberes especializados e que passam a reproduzir práticas sociais, modos de viver, das camadas médias assalariadas, posto que a visão de fragilidade, incapacidade e degradação estava relacionada às camadas populares. Por conta das políticas adotadas, os velhos jovens aposentados e o processo de envelhecimento adquirem nova designação para representá-los: a terceira idade.

Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A velhice muda de natureza: “integração” e “autogestão” constituem as palavras-chave desta nova definição. Assim, a criação de uma gama de equipamentos e de serviços declara a sociabilidade como o objetivo principal de representação social da velhice de hoje (PEIXOTO, 1998, p.76).

Na análise dessa autora, a terceira idade como nova fase entre a aposentadoria e a velhice é uma invenção social, resultado dos sistemas de aposentadoria, do surgimento de instituições e agentes técnicos especializados no tratamento da velhice, que prescrevem comportamentos e ensinamentos associados aos cuidados com a saúde, dentre as quais alimentação, a prática de exercícios físicos e de atividades sociais. Ou seja, desenvolve-se

socialmente a representação dessa categoria como continuidade da vida, com autonomia e sociabilidade (PEIXOTO, 1998).

Em relação ao contexto brasileiro, além das considerações problematizadas por Debert (1994; 1998) sobre as dificuldades no âmbito das pesquisas relativas ao envelhecimento, em geral, associadas nas décadas recentes a ideia de problema social e à constituição de campo especializado, a gerontologia, para tratá-lo cientificamente, tanto Debert (1994; 1998) quanto Peixoto (1998) apontam que o sentido negativo atribuído ao significado da velhice caminhou de forma semelhante ao da França.

Porém, essa conotação negativa data dos anos 1960, mesmo porque o assunto velhice como objeto de análises é relativamente novo no Brasil. Até esta data o termo atribuído às pessoas envelhecidas era principalmente velho. Esse termo, utilizado de maneira geral não tinha significado especialmente pejorativo, mas apresentava certa ambiguidade (afetivo ou pejorativo) conforme o contexto em que era utilizado e pela ênfase dada. Exemplifica por meio de documento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que, além de usar o termo velho, determinava as prioridades governamentais no atendimento social:

Dada à preponderância marcante de pessoas jovens em nossa população, a elevada taxa de natalidade, a baixa expectativa de vida, a pequena renda média per capita e a alta incidência de doenças de massa – os programas de saúde no Brasil devem, necessariamente, concentrar seus recursos no atendimento das doenças da infância e dos adultos jovens. A assistência ao velho, é forçoso reconhecer, deve aguardar melhores dias. (PEIXOTO, 1998, p.77).

Sob a influência das mudanças havidas na Europa, modifica-se o entendimento e a imagem da velhice ao final da década de 1960, quando os documentos oficiais e a grande maioria das análises recuperam a noção “idoso”, pois, no vocabulário português não era praticamente utilizada. A expressão idoso, assim como na França, se caracterizará no Brasil como um tratamento mais respeitoso, mas não eliminou a ambiguidade relacionada ao pertencimento de classe, perceptível na descrição, por exemplo, das instalações de acolhimento institucional: “lar” para os velhos pobres e “residência” para os idosos pertencentes às camadas mais favorecidas. (PEIXOTO, 1998).

As mudanças de nomenclatura se disseminaram e as instituições governamentais adotam outra representação das pessoas velhas, não significando, contudo, o estabelecimento de uma política social para a velhice. Idoso então passou a ser a expressão mais utilizada e velho tornou-se sinônimo de decadência, sendo eliminada de textos oficiais. Nas análises sociológicas, antropológicas e da demografia, acompanharam a mudança conceitual incorporando nos escritos o termo idoso para se referir à pessoa envelhecida.

No Brasil, com a Constituição Federal aprovada em 1988 pela primeira vez se reconhece de fato a importância da questão da velhice e os direitos sociais dos idosos. Conforme a afirmação de Peixoto (1998, p. 80), nas sociedades industriais ocidentais com a criação da aposentadoria, o ciclo de vida reestrutura-se e são estabelecidas em três grandes etapas: “a infância e adolescência – tempo de formação; a idade adulta – tempo de produção; e a velhice – idade do repouso, tempo do não trabalho”.

A associação velhice e decadência então alcançam todos os domínios da sociedade brasileira. Segundo Debert (1998) e Peixoto (1998), a categoria velho na compreensão dos próprios indivíduos envelhecidos, que pertencem às camadas médias e superiores, está ligada a pobreza, dependência e incapacidade. Como constatou Debert (apud PEIXOTO, 1998, p.80) ao analisar depoimentos sobre as representações sociais do envelhecimento e da velhice: “velho é sempre o outro”.

Ao mesmo tempo difunde-se a invenção do termo terceira idade, que se mostra como uma experiência nova no âmbito das concepções de envelhecimento nas sociedades contemporâneas e não se reduzem a meros indicadores de prolongamento da vida (dados estatísticos, demográficos). As novas formas de gestão da velhice, segundo Jameson (apud DEBERT, 2000) se relacionam com a expansão do capital, principalmente após os anos 1970, em áreas que até aquele momento não tinham sido mercantilizadas – reelabora-se e se recriam propostas de cuidados com o corpo e a saúde, constituindo a cultura do consumidor para essa categoria social. Conforme Featherstone (apud DEBERT, 2000, p.149):

Prende-se a uma concepção auto preservacionista do corpo que encoraja os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deteriorização e a decadência (aplaudida pela burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público para evitar a negligência corporal) e agrega a essa concepção a noção de que o corpo é um veículo do prazer e da auto expressão.

Se a mudança da imagem atribuída ao velho foi de certa forma bem sucedida, as propostas de políticas para essa população ainda é um projeto inacabado. Especificamente o termo terceira idade é usado nas proposições relacionadas à criação de atividades sociais, culturais e esportivas, entendendo então idosos como as pessoas mais velhas, velhos respeitados e terceira idade como os jovens velhos, dinâmicos. A terceira idade, juntamente com os estudos de que as categorias de idade são construções sociais, é uma criação recente nas sociedades ocidentais contemporâneas. (DEBERT e SIMÕES, 1994).

Quando se fala em transformação do processo de envelhecimento em problema social, como já mencionado, estão também implicados novos entendimentos de velhice e

envelhecimento e a expressão terceira idade insere-se nesse contexto. Novos significados instalam-se sobre os velhos: terceira idade x velhice; aposentadoria ativa x aposentadoria passiva; centro residencial x asilo; gerontologia x ajuda social; animador x assistente social; nova juventude x idade do lazer. De igual maneira se percebem novos significados à aposentadoria, haja vista que o que antes era uma fase de descanso, sossego e recolhimento, hoje se tornou cuidado com a saúde, não somente para tratar dores e fraquezas, mas atividades físicas, intelectuais e de lazer para satisfação pessoal na realização dessas atividades sociais, culturais e psicológicas (DEBERT, 1998).

De acordo com Minayo e Coimbra Jr. (2002, p. 13), na sociedade ocidental o tratamento dado à velhice, como tantas outras questões, foi “estatizado” e “medicalizado”; transformando-se, por vezes, um problema político e, em outros momentos, um problema de saúde, “seja para ser regulado por normas, seja para ser pensado de forma preventiva, seja para ser assumido nos seus aspectos de disfunções e distúrbios que, se todos padecem, são muito mais acentuados com a idade”. Todavia, argumentam que é complexo falar sobre o tema do envelhecimento, porque complexas são também todas as outras etapas – nascimento, infância, adolescência até a fase adulta.

O envelhecimento não é um processo homogêneo, pois “cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero, etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas”. (MINAYO e COIMBRA JR, 2002, p. 14).

Para Debert (2000), a tendência atual é rever, fazer constantes releituras sobre os estereótipos ligados ao envelhecimento. Neste sentido, a ideia de processos de perdas tem sido substituída por reflexões de que os processos de envelhecimento, os estágios mais avançados da vida, possam (e devam) ser de vivências favoráveis para novos projetos e conquistas de vida, na direção do prazer e acima de tudo satisfação pessoal.

As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos (DEBERT, 2000, p.148).

O que se deveria esperar para entender o que de fato acontece no processo da velhice é que se traga à luz quem nele está e que poderá com certeza dizer tanto biologicamente quanto emocional, psicologicamente o que da vida esperam, não diferente das outras etapas da vida.

CAPÍTULO III

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DIREITOS E POLÍTICAS SOCIAIS

3.1 - Mudanças sociodemográficas e envelhecimento populacional

No capítulo anterior objetivou-se mostrar como as categorias de idade se estabeleceram entre os sujeitos ao longo da trajetória histórica na sociedade, as quais se delimitam cronologicamente e, como construções sociais, estabelecem regras e comportamentos ao modo de viver. Quando se fala em velhice, etapa em que se passa pelo processo de envelhecimento se faz necessário olhar o contexto que os envolve e as suas múltiplas determinações no que se refere à demografia (expectativa de vida, dados econômicos, sociais, dados sobre a saúde), juntamente com as perdas e fragilidades biológicas, sociais, no trabalho e em outros contextos – amigos, entre gerações, cultural (FALEIROS, 2014).

Em relação às mudanças demográficas e o envelhecimento populacional, segundo Faleiros (2014) verifica-se a transição demográfica brasileira a partir da segunda metade do século XX. Na primeira década do século XXI se observa a redução da taxa de fecundidade e também o aumento da população idosa. Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011, constata-se que:

A taxa de fecundidade total, que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim de seu período reprodutivo era de 1,95 filho por mulher, o que se relaciona com a escolaridade, a urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho (FALEIROS, 2014, p.8).

Camarano (2014) afirma que nos últimos sessenta anos a população brasileira presenciou grandes mudanças além do que se poderia esperar, sendo que outros países em desenvolvimento passaram também por experiências semelhantes, como: México, Costa Rica e Tailândia. A autora, ao contextualizar essas mudanças, mostra que com a redução da mortalidade infantil, iniciada ao final da segunda guerra mundial, junto com a alta fecundidade deram início a um grande crescimento populacional entre 1950-1970, e como resultado desse processo: uma população muito jovem. “Esse período foi chamado de Baby Boom e trouxe preocupações generalizadas quanto à possibilidade de uma explosão demográfica. O Brasil, na época, era um país jovem e de jovens” (CAMARANO, 2014, p.15).

Durou menos do que o esperado. Não passou de duas décadas, pois a partir de 1970 teve início a um processo acelerado e sustentado (pílula anticoncepcional) da queda da fecundidade, juntamente com a contínua redução da mortalidade, que beneficiou também a população idosa. Camarano (2014) destaca que esses dois processos se deram em um curto espaço de tempo e, simultaneamente, em quase todos os países em desenvolvimento.

Segundo esta autora, estudos demográficos indicam que o processo de declínio da fecundidade e também da mortalidade continuem até metade do século XXI e que se desconhece o seu limite. “Acredita-se que níveis de fecundidade muito baixos são presságios de importantes mudanças sociais e parecem estar se tornando um aspecto estrutural do mundo pós-moderno. (...). Sumarizando, nasce menos gente e vive-se mais. Acredita-se que os dois processos são inter-relacionados” (CAMARANO, 2014, p.16).

Conforme os dados estudados, compreende que se está vivendo no Brasil um novo padrão demográfico:

Já se notam duas consequências: diminuição do ritmo de crescimento da população e mudanças na estrutura etária, no sentido do seu envelhecimento. São estas as perspectivas para o futuro da população: uma diminuição no seu contingente a partir de 2035, inclusive da força de trabalho, e uma estrutura etária superenvelhecida [...]. Prevê-se também, que este período de declínio seja prolongado, dado o momentum populacional negativo. (CAMARANO, 2014, p.16).

Camarano (2014) destaca a entrada acentuada no grupo considerado idoso da “coorte” nascida nos anos 1950 e 1960, período em que foram conferidas as mais altas taxas de natalidade, os “Baby Boomers” como foram chamados, os quais passaram a constituir os “Elderly Boomers” nos dias atuais. Grupo este cujas tendências sociodemográficas indicam que viverá mais, isto é, alcançará idade mais avançada que as médias de expectativa de vida das décadas anteriores, tornando essa categoria de idade mais heterogênea conforme destacam Caramano, Kanso e Mello (2004, p. 25),

a proporção da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo. Isso quer dizer que a população considerada idosa também está envelhecendo [...]. Em 2000, esse segmento foi responsável por 12,6% do total da população idosa. Tais alterações levam a uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso. Por exemplo, esse grupo etário abrange um intervalo de aproximadamente 30 anos. Compreende pessoas na faixa de 60 anos, que, pelos avanços tecnológicos da medicina, podem estar em pleno vigor físico e mental bem como pessoas na faixa de 90 anos, que devem se encontrar em situações de maior vulnerabilidade.

A tendência é de que o grupo idoso apresentará taxas de crescimento crescentes nas décadas seguintes. De 10 (dez) milhões de pessoas em 2010 com 60 anos ou mais de idade,

prevê-se a sua triplicação entre 2010 e 2050, podendo ocorrer um incremento de 47,5 milhões de pessoas nessa categoria de idade e mais ainda aquelas pessoas com 80 anos ou mais:

Por sua vez, a população idosa também tende a envelhecer, ou seja, cresce mais o contingente muito idoso (80 anos ou mais). Este deverá quadruplicar no período da projeção, passando de cerca de 3 milhões em 2010 para aproximadamente 13 milhões em 2050. Poderá vir a constituir quase 20% da população idosa no final do período da projeção; 2010 foi responsável por 14,3% da população idosa. Isso é resultado da redução da mortalidade nas idades avançadas (CAMARANO, 2014, p.195).

Havia em 2011, 23 (vinte e três) milhões e meio de pessoas com idade de 60 (sessenta) anos ou mais. Passou de 9,0% em 2001 para 12% em 2011, um aumento de 34,4%. Nesse mesmo ano, o grupo com idade de 80 (oitenta) anos para mais chegou a 1,7%, em torno de 3 (três) milhões e trezentas mil pessoas.

Segundo análise de Faleiros (2014, p. 08) com base nos dados do IBGE, o Brasil não possui mais uma população jovem e se aproxima “do perfil populacional de países europeus, que levaram muito mais tempo para se chegar a ele”. A transição demográfica, cujos dados apontam uma população maior de velhos, é um processo no qual estão interligados múltiplos aspectos, conjunturais e estruturais.

Peres (2007) em seus estudos sobre velhice chama a atenção para que se possa refletir para além dos resultados dos dados demográficos e o que estes informam tecnicamente, ou seja, pensar sobre as esferas da sociedade (econômica, social, questões voltadas à saúde e educação) e o que poderão acarretar a essa população. Sua análise remete à amplitude de questionamentos que esses dados quantitativos podem levantar e, não somente, vinculá-los a ideia de um peso (população envelhecida) que a sociedade terá que carregar, seja por conta de argumentos relacionados ao déficit previdenciário ou relativos aos problemas para as famílias, entre outros problemas.

Um dos elementos agregados a essa discussão, refletido por Cohn (apud Peres, 2007), é que ao se compreender a velhice como questão social explica que não se está reportando somente às evidências adquiridas na sociedade, mas principalmente a atenção que o Estado passa a dar às expressões adquiridas pelo processo do envelhecimento no todo social. O envelhecimento da população, o aumento de idosos e também a exclusão social que vivenciam não são as únicas razões que fazem com que o poder público (referindo-se ao Brasil e outros países pelo mundo) se volte para olhar essa questão, “tal como querem fazer crer os formuladores de políticas públicas” (COHN apud PERES, 2007, p.150). Na compreensão de Debert (apud PERES, 2007) essa atenção consiste e depende de um conjunto

de interesses e demandas político-mercadológicas empreendidas pelas organizações que se interligam ao tratar a velhice nas esferas públicas e privadas.

3.2 - Direitos e políticas sociais para os idosos

Pensar a constituição de direitos sociais para a população idosa pressupõe considerá-los inseridos e decorrentes de processos de lutas sociais. No Brasil, segundo Fernandes e Soares (2012), a implantação de políticas públicas para as pessoas idosas é recente, visto que foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que houve o reconhecimento em seus dispositivos legais de direitos sociais aos idosos. No intuito de assegurar a esta categoria social o direito à vida e à cidadania o Artigo 230 estabelece que: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988). Porém, como se observa, em primeiro lugar estão a família e a sociedade na provisão de bem estar e proteção social aos idosos.

A Constituição Federal, concordando com Faleiros (2007), é resultado de um pacto social e fruto de lutas e mobilizações de organizações e ou movimentos sociais que atravessou o contexto da redemocratização da sociedade brasileira, vivenciada nos anos de 1980. Nessa década, como refere Yazbek (2008), a questão do aumento da desigualdade na distribuição de renda consequentemente aumentava a pobreza, tornando-se temática central na agenda social para a garantia de direitos – sociais, trabalhistas, econômicos, políticos. “Na implementação de uma forma de organização política que viesse a superar o centralismo e a fragmentação de políticas sociais e que aprofundasse o federalismo, o municipalismo e o protagonismo das pessoas. Isso acarretará implicações nas políticas para os idosos” (FALEIROS, 2007, p.42).

Ao analisar a inclusão dos idosos na Constituição Federal de 1988, Peres (2007) por intermédio dos estudos de Ramos, levanta questionamentos condizentes quando se pensa no aumento dessa população e o que esta questão acarretou na vida social como, por exemplo, o ônus para o Estado relacionado aos benefícios previdenciários. Contudo, argumenta o autor, pode o Estado ter se beneficiado com o aumento significativo desses, na medida em que os vê como uma grande quantidade de eleitores, podendo ser uma forma de explicar o interesse especial para com a velhice.

Debert e Simões (apud Peres, 2007) chamam a atenção também para outros interesses referentes à população idosa, quais sejam, dos empresários com os olhares voltados a essa categoria de idade como fonte de lucro num mercado consumidor que se consolida e institucionaliza-se (planos de saúde privados, previdência privada, universidades da terceira idade, saúde, clínicas de rejuvenescimento). Para estes autores, a visibilidade adquirida pela velhice como questão social não resulta somente do aumento de idosos e da exclusão social vivenciada por parte deles, mas principalmente do processo de mercantilização da velhice.

Nesse sentido,

Talvez isso explique porque a Constituição de 1988 no Brasil dedicou uma atenção especial à velhice, tratando-a como direito humano fundamental e incluindo, pela primeira vez numa constituição brasileira, leis referentes à assistência social e à previdência social, além de proibir qualquer forma de discriminação baseada na idade. É interessante notar [...], que a velhice havia se tornado, quando da promulgação da Constituição de 1988: “temática a merecer ações responsáveis direcionadas a assegurar os direitos fundamentais das pessoas pertencentes a essa faixa etária” (RAMOS apud PERES, 2007, p.148).

De acordo com Peres (2007), a constituição da velhice e do processo de envelhecimento como questão social e a atenção que lhe foi dada remetem a interesses e políticas mercadológicas de organizações representativas da velhice. Além disto, Belo apud Peres (2007, p.150) ressalta que essa visibilidade política se insere numa “perspectiva internacional de ação, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) como a principal promotora, que passa a fundamentar suas ações no envelhecimento da população mundial”.

No ano de 1982 em Viena, foi realizada a “I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento” que criou o “Plano de Ação Internacional” (PAI) – caracterizado como um conjunto de ações pensadas e planejadas para essa população e que constituirá a base das políticas públicas. E, em 1991, a ONU aprovou princípios à população idosa por meio de cinco eixos: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade, além de declarar o ano de 1999 como o “Ano Internacional do Idoso”, com o tema “uma sociedade para todas as idades”. Em 2002 a “II Assembleia Internacional sobre o Envelhecimento” é realizada com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no intuito de fortalecer o conceito de envelhecimento ativo, fundamentado nas ideias de produtividade e qualidade de vida, difundidas sob a ideologia da “terceira idade” (PERES, 2007).

O “Plano de Ação” sobre a velhice no Brasil, de acordo com Belo apud Peres (2007, p.150-151) foi realizado basicamente por um conjunto de organizações da sociedade civil, a saber: Serviço Social do Comércio - SESC, que possui vasta produção bibliográfica sobre a velhice e o processo de envelhecimento; Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia -

SBGG, entidade técnico-científica formada por médicos e gerontólogos, que se intitula como iniciadora na “frente de defesa do idoso”; Associação Nacional de Gerontologia - ANG, de natureza técnico-científica e formada por gerontólogos sociais, objetiva ampliar a consciência da importância dessa especialidade para melhorar as condições de vida da população idosa; Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP, composta por aposentados (a maioria sindicalistas) e que se definem como “uma autêntica e legítima entidade representativa desse segmento social no país” em busca da conscientização dos aposentados e pensionistas no que se refere a problemas relativos à previdência social.

Foram essas, segundo esse autor, as organizações da sociedade civil que representaram e lutaram em defesa de direitos aos idosos, dando visibilidade à velhice, ainda que envoltas à noção de terceira idade e desta como “a melhor idade”, e pautando junto ao Estado a garantia de políticas públicas para esse segmento da população. Essas frentes representativas, segundo Peres (2007), foram fundamentais na elaboração e implementação da Política Nacional do Idoso (PNI) e para a criação e aprovação do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI).

Esse conjunto de legislações e políticas públicas referentes à velhice representam “planos de ação” do governo brasileiro que seguindo uma tendência mundial, procuram estabelecer estratégias de combate à exclusão social vivida por muitos idosos, incluindo-os e integrando-os à sociedade. Essa é a ideia-chave do discurso proferido tanto pelos organismos internacionais quanto pelo Estado e pelas organizações representativas da velhice no Brasil, ao procurarem justificar as suas ações “em prol” dos idosos (SANTOS apud PERES, 2007, p.151-152).

No Brasil foi aprovada em 4 de janeiro de 1994 a Lei nº 8.842, que estabeleceu a Política Nacional do Idoso (PNI), regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Essas organizações também atuaram na criação do Conselho Nacional do Idoso em maio de 2002. Outra conquista data de 2003, se refere ao conjunto do sistema de proteção, fortalecimento e de garantias de direitos, com a aprovação da Lei nº 10.741, que estabelece o Estatuto do Idoso, os quais serão analisados no decorrer deste capítulo.

Para a Política Nacional do Idoso (PNI) ser regulamentada tal qual temos hoje, muitos caminhos foram percorridos e pode-se entender um pouco desse fato, por meio de algumas informações referentes às suas representações e ações voltadas a essa população. É importante enfatizar, de acordo com Rodrigues (2001), que, até a década de 1970, o que havia como trabalho relacionado aos idosos era de caráter caritativo e realizada pela Igreja e entidades filantrópicas.

Influenciada pelos debates nacionais e internacionais sobre velhice e o processo de envelhecimento, a PNI como “primeira Lei específica para assegurar os direitos do idoso” (OTTONI, 2012), aprovada em 1994, objetiva primordialmente,

Art.1º - A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade; Art. 3º - A Política Nacional do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios: IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política (BRASIL, 1994).

Formada por um conjunto de ações nas esferas governamentais e não governamentais, com o objetivo de garantir os direitos sociais dos idosos, fundamentalmente porque é um sujeito de direitos, igualmente aos demais sujeitos sociais, devendo ser atendido em todas as suas necessidades: físicas, sociais, econômicas, culturais e políticas. Determinou-se para a gestão e coordenação, após a sua institucionalização a Legião Brasileira de Assistência (LBA), inserida na Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), atualmente constituído como Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Diretrizes que norteiam a PNI:

Incentivar e viabilizar formas alternativas de cooperação intergeracional, atuar junto às organizações da sociedade civil representativas dos interesses dos idosos com vistas a formulação, implementação e avaliação das políticas, planos e projetos; priorizar o atendimento dos idosos em condição de vulnerabilidade por suas próprias famílias em detrimento ao atendimento asilar, promover a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia, priorizar o atendimento do idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, e fomentar a discussão e o desenvolvimento de estudos referentes à questão do envelhecimento (CAMARANO, PASINATO, 2004, p.269).

Estabelecem, portanto, o que compete às entidades e órgãos públicos para com as ações da política. A PNI incentivou um trabalho integrado e articulado entre os Ministérios envolvidos nessas ações. Também realizou um plano de ação governamental para a integração desta política no âmbito da União. A operacionalização desta e das demais ações empreendidas no campo da assistência social acontecem de forma descentralizada. Essa articulação também se dá com as outras políticas existentes para a população idosa nas esferas estaduais e municipais, concernentes à assistência social, de atenção a saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, cultura, esporte, lazer e justiça. A PNI constitui um marco para que as ações produzam em todas as dimensões das relações sociais o fortalecimento de uma vida digna aos idosos, porém, na prática essas ações são insuficientes devido a não liberação de recursos suficientes (BORGES, 2006).

A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), bem como a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), sintonizadas com a Constituição Federal, preconizam o modelo descentralizado de gestão pública, com o envolvimento das esferas federal, estadual e municipal, mas tendo o município um papel de fundamental importância na implantação e execução de políticas sociais que possam qualificar a vida da população idosa e de sua família, garantindo melhor atendimento as suas necessidades, sua promoção e proteção com repasse de benefícios (BORGES, 2006, p.101).

O artigo 194 da Constituição Federal estabeleceu um sistema de Seguridade Social, composto por três políticas: Saúde, Previdência e Assistência Social como um veículo para mover essas ações, na qual a proteção social aos idosos está incluída, formando um conjunto integrado, entendendo dessa forma que a PNI não se concretiza de forma isolada. Borges (2006) ao adentrar a discussão sobre a velhice, mencionando-a como uma categoria que está em maior crescimento no mundo e em particular no Brasil, esclarece que as questões a ela ligadas, como por exemplo – sociais, biológicas, culturais, psicológicas, questões ligadas à família e a saúde passam a ser o cerne das pesquisas e de estudos de quem tem interesse em estudá-la, contudo, para que esses fatos levantados consigam ir à direção da melhor qualidade de vida dos idosos e também da sociedade em geral, precisam estar inseridos nas políticas e suas ações, para que se tornem reais. Assim,

Algumas questões significativas quanto ao desenvolvimento de ações direcionadas aos idosos têm como prerrogativa a ampliação da discussão sobre as políticas sociais, entendidas como direito de cidadania e não mais simplesmente como benefícios, ampliando a análise da questão além do âmbito público, atingindo toda a sociedade, visando a redefinição de espaços sociais significativos e à melhoria na dignidade e nas condições de vida dos idosos e no conjunto de brasileiros (BORGES, 2006, p.79).

A proteção social no campo da assistência social designa a garantia de renda e também serviços especializados, incluindo a população idosa, os quais se desenvolvem por uma rede de proteção e promoção social. Nesse sentido, foi aprovada a partir da lógica de fortalecer o sistema de direitos de cidadania, pela Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Política Nacional de Assistência Social. Fruto de intenso e amplo debate nacional, como ressalta Couto (2009), deve ser entendida como um instrumento decisivo em direção ao fortalecimento e a condução do trabalho que se realizará. Objetiva, portanto:

I - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;

II - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; e III-Assegurar que as ações no âmbito da assistência social

tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária (COUTO, 2009, p. 208-209).

Faleiros (2007), ao se referir sobre o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, diz que é por meio deste que se determina o direito à velhice de forma mais clara. Ottoni (2012) explica que foram seis anos de tramitação no Congresso para a regulamentação dos direitos para a população com idade igual ou superior aos 60 anos, que “busca oferecer tratamento integral e de longo prazo, com medidas que visem ao bem estar dos idosos. Além disso, objetiva também promover igualdade e justiça social para a população idosa mais fragilizada” (OTTONI, 2012, p. 54). Agregaram-se as já existentes leis e políticas citadas, introduzindo elementos voltados a garantir os direitos existentes e buscar novos benefícios e propostas que visem medidas integralizadoras e amplas. (CAMARANO e PASINATO apud OTTONI, 2012).

Nesses espaços de representação das demandas da população idosa o Conselho Municipal do Idoso (CMI), no entendimento de Ottoni (2012) é imprescindível para que se realizem nos encontros debates amplos, esclarecedores sobre o que necessitam, buscando encaminhar de forma concreta as propostas para os poderes municipais. Coloca ainda que pelo Conselho, o gestor municipal aproxima-se dos órgãos públicos estaduais e também nacionais no intuito de por em prática a integralização das leis. Na PNI está clara a razão da criação dos Conselhos do Idoso e as suas responsabilidades. Desta forma,

Art.5º Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da Política Nacional do Idoso, com a participação dos conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso. Art.6º Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicos e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. Art.7º Compete, aos conselhos de que trata o artigo anterior, a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. Art.8º À União, por intermédio do ministério responsável pela assistência e promoção social, compete: I-Coordenar as ações relativas à Política Nacional do Idoso; II-Participar na formulação, no acompanhamento e na avaliação da Política Nacional do Idoso; III-Promover as articulações intraministeriais e interministeriais necessárias à implementação da Política Nacional do Idoso; V-Elaborar a proposta orçamentária no âmbito da promoção e assistência social e submetê-la ao Conselho Nacional do Idoso (BRASIL, 1994).

No caso específico de Florianópolis-SC, o Conselho Municipal do Idoso foi criado pela Lei n. 5.371, de 24 de setembro de 1998, na qual foi revogada e substituída pela Lei n. 7.694, de 17 de outubro de 2008. Define-se como um órgão colegiado e compõe-se de forma paritária por representações do governo municipal e da sociedade civil. Este Conselho além

das atribuições que lhe compete, deve priorizar em seus espaços a acolhida a quem representam, para que possam contribuir para o planejamento de ações conforme as suas demandas. Tem como principais atribuições:

Deliberação: decide e define as diretrizes e outras questões relacionadas à Política de Atenção à Pessoa Idosa; Normatização: estabelecem normas que oficializam decisões da sessão Plenária e regulamentam a execução da Política de Atenção à Pessoa Idosa; Fiscalização: acompanha e controla o funcionamento dos programas e instituições governamentais e não-governamentais, que constituem a rede de Atenção e Proteção à Pessoa Idosa; Monitoramento e Avaliação: acompanha, supervisiona e avalia a efetivação da Política de Atenção à Pessoa Idosa e propõe ações (FLORIANÓPOLIS, 2008).

No que se refere ao direito à saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) foi regulamentada por meio da Portaria nº 2528, de 19 de outubro de 2006. O objetivo desta Política, segundo Fernandes e Soares (2012), é garantir para a população idosa uma atenção condizente e digna as suas reais necessidades, tendo como horizonte a integração destes. Nesta Política determinam-se as diretrizes que norteiam todas as ações no setor da saúde e as responsabilidades das instituições para atingir as propostas elaboradas. Está ainda inclusa nas diretrizes a responsabilidade de orientar o processo constante de avaliação, acompanhando o seu desenvolvimento, inclusive na prática, se por ventura, alguma modificação for feita. Como as demais políticas que se direcionam, não a serviços que os excluam, mas que os fortaleçam em sociedade, a PNSPI objetiva um envelhecimento saudável, manter e ampliar a qualidade de vida conforme os princípios direcionados pelo SUS, a saber:

- Promoção de envelhecimento ativo e saudável;
 - Atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa;
 - Estímulo às ações intersetoriais, com vistas à integralidade de atenção;
 - Implantação de serviços de atenção domiciliar;
 - Acolhimento preferencial em unidades de saúde, com respeito ao critério de risco;
 - Provimento de recursos capazes de assegurar qualidade de atenção à saúde da pessoa idosa;
 - Fortalecimento da participação social;
 - Formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da pessoa idosa;
 - Divulgação e informação sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS;
 - Promoção de cooperação nacional das experiências na atenção à saúde da pessoa idosa;
 - Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.
- (FERNANDES e SOARES, 2012, p.1499).

A população idosa tem alicerçada por meio de leis, mostradas anteriormente, a garantia de direitos e conseqüentemente há a necessidade do planejamento de ações que

possibilite uma vida digna nas relações sociais e não fora delas. Considera-se importante para a concretização do que é planejado nas políticas de proteção, como são as de saúde e de assistência social, a implementação das ações devendo articular-se no sentido de fortalecer e ampliar os serviços e seu acesso, além de planejar ouvindo o que os idosos têm a dizer. Também como já mencionado, a conquista desse conjunto de direitos e ações efetivou-se em meio a um sistema que defende os interesses dos grupos que detém o poder hegemônico, em detrimento de pessoas que, por meio de sua força de trabalho, asseguram a riqueza desses. Em um momento de crise clara de lutas pelo poder, a única forma de ampliar os direitos é lutar para que não se percam os já adquiridos, e isso se faz trabalhando coletivamente, revisitando essas leis e estar ciente do que representam.

3.3 - Percepções sobre a velhice e o envelhecimento

Para o último item deste trabalho, objetivou-se discorrer algumas reflexões sobre o que idosos pensam do processo de envelhecimento, partindo das suas próprias experiências de vida. Essa proposta de ouvi-los foi se fortalecendo na medida em que buscava uma maior compreensão sobre o que estava estudando relativo à velhice, desvelando-a como uma categoria construída socialmente. Os processos de envelhecimento envolvem interpretações e significações de acordo com diferentes contextos históricos, e abrangem aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Assim, entrevistamos cinco idosos envolvidos em ações realizadas pelo CRAS, sendo: o grupo de regularização fundiária, atendimento familiar e também o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Como um instrumento de trabalho do assistente social e escolhida para desenvolver esse item, a entrevista, segundo Lewgoy e Silveira (2007), foi se consolidando dentro das requisições e atribuições deste profissional desde a sua origem e “possibilita aos sujeitos nela envolvidos contar e desvelar histórias através do uso da linguagem e do seu sentido, compreender as experiências e os significados a ela dados, em direção ao desejo de saber, não o saber feito, mas o saber que se faz” (LEWGOY E SILVEIRA, 2007, p. 249).

Para a descrição e análise das questões levantadas pelos entrevistados relacionadas à velhice e ao processo de envelhecimento, preservamos suas identidades, os quais serão identificados com nomes fictícios. Abaixo, uma breve apresentação dos idosos participantes da pesquisa.

Sophia: 63 anos, nasceu em Palmeiras das Missões, mas se criou em Porto Alegre-RS. Grau de escolaridade: primário incompleto. Tem 8 filhos sendo que 2 são falecidos. Mudou-se para Florianópolis com a ajuda de seus amigos (um artesão e alguns hippies) porque seu marido era violento (após alguns anos foi assassinado). Atualmente mora com sua filha e neta. Vivem com a venda de alguns trabalhos que ainda faz, como crochê e tapetes e com o que recebe do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Casal 1: Érica, 67 anos, nasceu em Porto Alegre-RS. Otávio, 71 anos, também da cidade de Porto Alegre-RS. Ambos estudaram até o primário (incompleto). O casal tem 3 filhos. Vieram para Florianópolis porque um de seus filhos, informado que na região do sul da ilha estavam vendendo terrenos, ficou interessado. É onde moram até hoje, somente os dois; seus filhos estão casados e Érica e Otávio já são avós. Vivem da aposentadoria de Otávio, que continua trabalhando com jardinagem em um condomínio perto de sua casa e Érica já trabalhou, mas não tem aposentadoria.

Casal 2: Natália fará 80 anos no dia 28 de julho do corrente ano, nasceu em São João Batista-SC. José, 73 anos, nasceu em Tijucas-SC. Como os demais entrevistados, estudaram até o primário (incompleto). Natália tem 7 filhos do seu primeiro casamento. É aposentada, trabalhou na UFSC e José tem dois filhos também do primeiro casamento. Também é aposentado, exercia a profissão de padeiro, sendo suas aposentadorias a forma como os dois se mantem.

Antes de iniciar a entrevista, com o intuito de que se sentissem seguros diante dos questionamentos, perguntei se gostariam de falar sobre a sua trajetória de vida, sobre trabalho, família, filhos. Neste sentido, todos os entrevistados primeiramente falaram de trabalho, depois um pouco sobre filhos e família.

Sophia começou a falar sobre trabalho, como também Natália e José. Érica e Otávio falaram sobre trabalho no decorrer da fala. Sophia explica que por ter tido problemas mentais ficou “bastante limitada” para conseguir emprego. Foi adotada pelos hippies em Florianópolis, que a ensinaram a fazer artesanato. Perguntei a ela por quantos anos ficou trabalhando com o artesanato, respondeu demonstrando satisfação pelo seu trabalho:

“uma vida inteira!”.

Sophia: Como o artesanato é uma coisa que né até os que tem “problema” mentais fazem na terapia, artesanato, eu tive facilidade em sobreviver com o artesanato e manter os “meu” piás, os meus filhos né, com o artesanato né [...] só que surgiu um problema. Aí depois que eu consegui, que eu aprendi tudo o que eu podia fazer, aí o meu corpo não quis mais fazer sabe [...] fiquei limitada por causa dos tendões, da visão, quer dizer, as limitações físicas me travaram né.

Segundo o relato de Érica, após completar 60 anos trabalhou mais um tempo, mas três anos depois “quando o meu nervo ciático começou a me doer que eu peguei e parei”. Seu companheiro é aposentado e continua a trabalhar, como disse: “trabalhar faz bem. Vou todo o dia, às 7 horas da manhã eu saio, vou pro condomínio, trabalho até meio-dia, ou às vezes até às 11 horas; não tenho horário”.

José, que mostrou timidez ao falar, disse que foi padeiro e que é aposentado. Natália sua companheira também é aposentada.

Ao indaga-los sobre a trajetória de vida, observamos que ao relatarem aspectos ligados ao trabalho estes associam a ideia de produtividade, enfatizando que buscam viver de maneira a não sentirem-se inúteis. Debert (1994) em suas pesquisas ao analisar as categorias de idade, apresentadas no primeiro capítulo como construções sociais, também explica as significações e atribuições que foram se construindo intrínsecas a cada grupo, no decorrer da vivência humana e que mesmo não sendo criações homogêneas nas diversas sociedades, existem significações que as marcam. O trabalho na condição humana é uma delas.

Percebemos que ao falarem sobre trabalho aparece a lógica posta pelo sistema de produção capitalista nas relações sociais, no qual só se é útil quando se está produzindo e constitui o contexto de vida dos entrevistados. As categorias de idade infância e juventude não foram mencionadas nos depoimentos. Da vida adulta, além do trabalho, esses idosos trouxeram à tona nas falas o cuidado com os filhos no passado, mas também os arranjos familiares, como por exemplo, o modelo nuclear (ainda dominante nas diversas sociedades) conforme a família de Otávio e Érica; a família reconstituída, como a história de José e Natália, e a família monoparental, na formação da família de Sophia com os seus filhos.

Mesmo sendo formalmente considerados velhos por terem mais de 60 anos, não mencionaram a velhice como um processo final quando perguntei se se consideram idosos e em que momento perceberam o processo de envelhecimento na trajetória de suas vidas.

Sophia: Tenho uns 3 bisnetos já né? Então eu não vi nenhuma moça aí com 3 bisnetos né, eu sou obrigada a considerar que eu sou idosa, mas fisicamente [silêncio] fisicamente eu sou idosa. Ah! Espiritualmente ou mentalmente, seja o que mente né? Eu continuo a mesma pessoa. Só conformada com as minhas limitações. Não tenho aquela revolta, aquela coisa, me sentido infeliz [...] a cabeça tá ótima, graças a Deus, né. Chegou uns jovens no meu “pano” e disseram assim: ô tia quanto é isso aqui ó. Eu levei um baque. Ai eu já sou tia. Tá, aí depois eu fui comprar

sorvete para as minhas duas meninas, daí o moço que tava vendendo o sorvete diz, vovó vai comprar o sorvetinho pra vocês, ai já tô vovó [risos].

Foi a partir desse momento que Sophia percebeu algumas mudanças no processo da sua vida relacionadas à velhice, mas como já dito, os aspectos físicos são os que mais aparecem, quando menciona, por exemplo, a dificuldade de subir e descer os degraus (mora em um morro). “Pra descer e subir essa lomba, o corpo cansa né? Eu sinto dor no joelho, mas não é assim, eu sinto a dor, o meu joelho dói, então eu tenho procurado respeitar o meu corpo né, porque eu penso assim”.

Érica: A velhice pra mim são os anos que se contam, que se passam né [fala duas vezes]. Mas eu por exemplo, digo, eu penso assim sempre, ah! Não parece que eu vivi já todo esse tempo, parece que é bem menos. A gente parece que não percebeu.

Otávio: A pessoa bota na cabeça, ah! Já vivi tanto tempo, a gente não pensa assim. Pra mim eu não acho ruim da velhice, por enquanto eu não sei.

Érica concorda com o que seu companheiro, voltando a dizer que não percebeu o tempo passar e que não houve um momento que tivesse percebido o envelhecimento chegando. Érica conta que tinha muito medo de chegar aos 60 anos e ficar em casa parada, se questionando sobre o que poderia fazer, “vou só engordar” (risos). Argumenta ainda que não querem se sentir inúteis e que Otávio trabalha direto e que mesmo dizendo a ele para parar, diz que não gosta de estar parado, não pensa em parar.

Otávio: Sobre a velhice, para mim cada vez tá sendo melhor. Com todos os problemas que eu tive, tô com saúde boa, não sinto nada assim. Tem esse problema de caminhar e tudo [amputou uma perna], mais isso aí, não é isso que atrapalha. É a gente tem aquele pensamento que tudo pode. Na verdade tendo saúde pode mesmo, mais devagar, mas consegue. Mas a gente se considera idoso. É, a gente mora sozinho, claro que dá satisfação para alguém todo mundo tem que dá né? Mas não sobre o jeito que anda [...] pode sair e comprar o que tú qué. Quando era novo saía daqui para aquele portão [se referindo ao portão de sua casa] em um segundo, hoje em dia [Érica deu uma boa risada]. Tem diferença um pouco.

Érica: É, eu acho que muita gente também pensa assim, as minhas irmãs e tudo. A gente não quer se sentir assim, um peso pra ninguém. Cada um quer levar o seu barco até onde pode [...]. É e eu digo, eu não sei se eu ia aceitar não ser dona do meu nariz. Eu digo, eu vi a minha mãe, minha mãe tava com 86 anos, minha irmã pegando e recebendo para ela e não dando quase nada para ela. Eu falei até pra ela, ai eu acho que a mãe ficou mais deprimida ainda [...]. Eu não ia querer que ninguém fizesse isso comigo [...] é como eu disse, acho que é só porque a gente vê que os anos passaram e agente já tá com tanto. De sentir que tá mais lento, mais lerdo [risos].

De todos os idosos entrevistados, José foi o mais reservado. Ainda assim, respondeu conforme o que pensa e sente. Quando perguntei a José se se considerava idoso e se em algum momento percebeu o processo de envelhecimento na sua vida, disse que se considera idoso.

José: A gente vai pegando a idade, vai ficando mais velho né [...] a idade vai avançando nega [...] isso a gente faz, sai pra dançar, nós “curtimo” a vida né?

Natália: Não me acho velha, graças a Deus [...] a idade tá avançando né, mais eu não me acho velha.

Natália concordou com as palavras de José, dizendo que trabalha, cuida da casa, faz comida, e José, mais animado para dar respostas, disse “que vamo passear, vamo dançar, tem mês que não “paremo” em casa, é assim, procurando desenvolvimento para não cair né”?

Sabemos que com o passar dos anos o corpo passa por processos de envelhecimento próprios da condição humana e concomitante a isso um amadurecimento nas relações e dimensões da vida social. Com os relatos obtidos dos entrevistados sobre esse processo podemos refletir as colocações de Debert (1994), que analisa as categorias de idade e os significados e vivências a ela atribuídos, e que é importante que fiquemos atentos ao fato de que não são consequências de um processo de evolução científica com formas cada vez mais precisas de padrões no desenvolvimento biológico e também social como evidenciado nos capítulos anteriores. Se nos voltarmos a esse aspecto somente, obscureceremos formas de se viver, determinações sociais, culturais (costumes), necessidades e subjetividades de cada sujeito. Lidar com as categorias de idade no desenvolvimento das relações sociais implica conhecer e discutir uma infundável troca de aprendizados e questionamentos mesmo com as periodizações socialmente definidas. Perguntei aos idosos entrevistados se são respeitados na comunidade onde vivem:

Sophia: Sim, pelos vizinhos eu me sinto respeitada, pelos motoristas, pelos cobradores, pelos passageiros, por todas as pessoas, a ilha é um lugar maravilhoso. Não existe terminal que tenha álcool gel para tú passar na mão, é só aqui na ilha, não existe lugar aonde as pessoas, os motoristas e os cobradores pegam e dizem: dá os bancos para essa senhora [...] eu tenho essa sorte sabe? As pessoas sempre foram boas pra mim, tive sorte com hospital, mas [silêncio]. Do que diz respeito aos meus filhos, eu sinto uma coisa que eles “qué” vê o que eles conseguem espremer do suquinho ainda sabe? Não é uma coisa completamente assim, direta, sabe. Não é assim: eu quero o que tu tem, mas eles estão começando a se preocupar, porque eu tenho uma doença que talvez eu não resista a ela sabe.

Érica e Otávio, Natália e José mencionaram que são respeitados em sua comunidade, com os vizinhos, que nunca houve desrespeito.

Pensamos em elaborar esses questionamentos com o intuito de reconhecer elementos sobre a velhice e o processo de envelhecimento nas falas dos idosos, para que junto aos capítulos percorridos neste trabalho se tenha um horizonte de como os velhos foram tratados ao longo da história. No que se refere aos direitos que lhes são garantidos, perguntamos se conhecem (e quais usam) os serviços existentes no município.

Érica e Otávio citaram os centros de saúde e relataram que quando necessitam de consultas médicas e marcação de exames são contemplados com rápido retorno. Natália explicou que tem plano de saúde e José se mostrou insatisfeito explicando que não é bem atendido. Está a bastante tempo aguardando a marcação de um exame. Quando liga para o centro de saúde pedindo informação, apenas dizem que “o município baixou a verba e que tem que esperar”.

Sophia, dentre os entrevistados, recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e utiliza além das políticas de assistência social e saúde, a política de educação. Relatou que começou a procurar a instituição por causa da cesta básica, “quando as crianças eram mais pequenas”. Com o tempo, em torno de 40-41 anos adoeceu e não se sentia saudável o suficiente para trabalhar, “para toda aquela luta, então me colocaram no atendimento sociofamiliar. Tive atendimento psicológico, familiar, toda aquela coisa”. Segundo ela, no CRAS, as suas necessidades atuais são mais psicológicas do que materiais.

Relata que quando surge alguma situação em sua casa, aciona os serviços que o CRAS oferece aos usuários e também orientações sobre outros direitos. Sophia explica que sua filha, que apresenta “surto psicótico”, atendida no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por inúmeras situações conflituosas, perdeu a guarda de sua filha (neta de Sophia) logo que nasceu - conseguindo a guarda recentemente. O Juiz determinou que a criança frequentasse uma creche e foi até o CRAS buscar orientações. “No CRAS sempre fui atendida bem”.

Indagamos sobre que atividades gostariam de fazer se fossem a um Centro de Convivência:

Sophia: Ai é complicado dizer. Artesanato eu fiz a minha vida inteira né? Não tem novidade nisso. Aqueles exercícios físicos, não posso mais, só se fosse natação, porque eu tenho osteoporose já avançada. Fui convidada, terças-feiras às 14:00 horas tem, se reúnem aí faz aquela baguncinha, depois tem aquele dia que faz jantar, tem um bingozinho, tem toda essa coisa, no Morro das Pedras. Mas eu ainda não fui, não fiquei muito interessada, senão eu já teria ido né?

Érica e Otávio mencionaram o exercício físico para fortalecer o corpo e conseqüentemente melhorar as demais atividades no decorrer dos dias. Natália e José também pensaram em atividades físicas como uma ótima alternativa. José destaca a dança como atividade, visto que envolve movimento e prazer: “dançar é muito bom!”. Sophia pensa que para a velhice, desenvolver e fortalecer a memória condiciona uma vida longa e participativa.

Embora tenham vivências diferenciadas, como Sophia, com a responsabilidade de cuidar da sua filha e neta, Érica e Otávio com os seus filhos criados e netos estudando, e

Natália e José que reconstituíram suas famílias e procuram diversão no seu cotidiano, possuem uma característica em comum: entendem que a velhice é só mais um processo da vida; consideram-se idosos, mas não se sentem velhos.

Os idosos entrevistados possuem demandas relacionadas a saúde, todavia, conseguem seguir a rotina de suas vidas sem depender de outras pessoas. Sophia, que não tem um companheiro, busca cuidados para com a sua saúde e também é responsável pelos cuidados de sua filha e neta. Os casais Érica e Otávio, Natália e José também demonstraram que são responsáveis por suas próprias vidas, não demonstrando situação de dependência, aonde um acaba colaborando com os cuidados do outro. Entendemos nas suas falas referentes às condições de saúde, que esta é fundamental, um fator que contribui positivamente para um envelhecer dinâmico e participativo.

Como já mencionado na introdução o objetivo deste trabalho não foi o de relatar situações de dependência, porém é importante integrar essa demanda ao contexto do mesmo para pensar de que forma entenderiam a velhice (os idosos entrevistados) se contrariamente ao que vivem, estivessem dependendo de outros sujeitos (família, cuidadores, vizinhos). Por que em tempos de mudanças tão rápidas, em que a tecnologia nos dá suporte para abranger pesquisas e melhorar condições de vida, o tema velhice ainda não foi aprofundado, anulando o sujeito que envelhece desse processo?

Os direitos voltados a garantir uma vida digna a essa população por si só não funciona. De que forma o Estado dará respostas efetivas as necessidades visíveis aos mais velhos?

Debert (1994; 1998) chama a atenção para o fato de que as sociedades contemporâneas tendem a mostrar a velhice como um problema social. Como, concordando com as suas colocações, os agentes que realizam essas pesquisas, definem os velhos no espaço social? A partir de quais estudos e informações práticas veem os velhos e os enxergam na sociedade, suas condições de vida e porque vivem dessa forma. Não podemos mais fechar os olhos diante da exclusão e da maneira estereotipada com que a velhice é vista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste Trabalho de Conclusão de Curso é importante ressaltar que o objetivo principal na sua elaboração foi conhecer e compreender aspectos e concepções acerca da velhice e do processo de envelhecimento, de como essa população fora tratada nas sociedades capitalistas ocidentais. Desde a infância, quando passava algumas tardes em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), antes denominada Lar de Idosos, conversando com os velhos me questionava quanto ao fato de estarem lá e longe de suas famílias. Como era uma criança, não pensava que poderia ser uma escolha, uma melhor opção por questões de fragilidades as quais a família não poderia responsabilizar-se completamente ou que realmente lá estavam por não mais fazerem parte de uma lógica produtiva. Passaram-se os anos e na Universidade a necessidade de entender as relações em sociedade, analisando a realidade de forma crítica, com um olhar mais apurado sobre suas dinâmicas e contradições, tornou-se maior, juntamente com o olhar direcionado a velhice e ao processo de envelhecimento; como e em que medida passamos a nos considerar velhos e como a sociedade construiu e constrói os significados atribuídos a essa categoria de idade. O que está por traz da velhice e porque tantos significados negativos.

No primeiro capítulo procuramos refletir que as categorias de idade - infância, adolescência, juventude e velhice - são construções sociais conforme amplamente debatidos através dos estudos de Debert (1994; 1998). A própria autora agrega outros estudiosos em suas pesquisas, como por exemplo, Àries que em seu livro destaca que a infância na idade média não era considerada uma categoria de idade, ou seja, vivia entre os adultos e ao primeiro indício de que poderia trabalhar, inseriam-na no cotidiano de trabalho dos adultos. Duby também mencionado por Debert (1994; 1998) salienta em seus estudos sobre a aristocracia francesa do século XII e as categorias etárias e de classe, que a juventude era compreendida como a saída da infância e antecessora ao casamento, hoje concebida como parte da adolescência. A infância e juventude como processos de periodização da vida mostram que as grades de idade foram sendo construídas socialmente, juntamente com as delimitações de atribuições e significações. Salienta ainda a importância de rompermos com pressupostos que naturalizam a produção e a reprodução da vida social. Outros elementos no desenvolvimento humano determinam as fases pelas quais passamos e não uma sequência única que explica comportamentos.

Se pensarmos na formação dessas categorias em outros tempos e como se constituem nas mais diversas sociedades, veremos que há características e atribuições que foram se modificando, pois, se de fato fosse um processo biológico natural, não haveria mudanças constantes na história das relações sociais.

A construção da velhice como categoria de idade tem se mostrado um tema complexo nas mais diversas sociedades e momentos históricos, porque como evidenciado neste trabalho, está diretamente associada à cessação de atividades e, conforme diversos condicionantes, não mais estarem aptos a prover a sua subsistência. Vimos que na modernidade foi se desenvolvendo a ideia da velhice associada à decrepitude. De fato, a velhice de outros tempos somente existia para os que “só tendo sua força de trabalho para vender, eram definidos como velhos a partir da diminuição das suas forças. O único ponto comum [é] que, durante o século XIX, [o que] aproxima de forma regular a condição das pessoas de mais idade é seu estado de pobreza” (PEIXOTO, 1998, p.71); a representação social da velhice é assim bastante marcada pela inserção do indivíduo de mais idade no processo de produção.

Se a partir da segunda metade do século XIX, como refere Schneider e Irigaray (2008), a velhice era tratada como “decadência física e ausência de papéis sociais”, no século XX, dentro das relações de produção capitalista, a velhice estava posta de forma estigmatizada, pois não mais fazendo parte das relações de produção eram associados à decadência e improdutividade. Nesse mesmo século, na segunda metade, por mudanças político-sociais, a forma de representar a velhice também se modificou como explicado no capítulo II, onde mostramos a constituição dos termos “idoso” e “terceira idade”, que congregam inúmeros significados, dentre os quais o mercadológico. No Brasil, esse processo acontecerá a partir do final da década de 1960: inicialmente temos o idoso como a pessoa de mais idade pertencente à classe social provida de recursos financeiros, e o velho como pertencente à classe menos favorecida economicamente.

Quando analisamos alguns estudos que enfatizam aspectos demográficos depreende-se que é recorrente a percepção do envelhecimento, do aumento da população idosa, como tão somente um problema social, mesmo embora haja instituições da sociedade voltadas a esse grupo de idade com interesses mercadológicos, como a gerontologia, os planos de saúde, por exemplo, que enxergam nos idosos uma forma de lucrar, entendendo-os como um grupo que ao se aposentar podem agora aproveitar, usufruindo a sua aposentadoria com cuidados relacionados à saúde e bem estar comprados no mercado. Assim, vê-se a permanência da exclusão e da reprodução de desigualdades social sob o signo da terceira idade como a “melhor idade”.

É importante também pensar que com a Constituição Federal de 1988 estabeleceu-se um conjunto de direitos a essa população idosa e uma nova perspectiva de cuidados, embora ainda centrada na família como a sua principal responsável, conforme se observa nas políticas de saúde e assistência social. Para vislumbrar possibilidades concretas de um planejamento, de ações que não os coloquem a margem dos outros grupos etários e sim que assegurem o seu lugar social, os profissionais inseridos nesses espaços devem primeiramente conhecer quem são, que realidade é essa, presente e ao mesmo tempo mascarada aos olhos da sociedade.

No terceiro capítulo buscamos uma integração entre as informações e conhecimentos levantados nas leituras bibliográficas sobre o assunto e os depoimentos de alguns idosos que expuseram o que pensam sobre a velhice. Pensei que seria fácil, haja vista que esse tema sempre me instigou como já explicado, mas a lógica que impera em torno da velhice não é fácil de entender, porque envolve muitos interesses e poucos são os que de fato buscam agrega-la como a continuidade da vida. “A velhice é o que é. É o que é para cada um, mas é o que é para todos, também. Ser velho é estar perto da morte. E essa é uma experiência dura, duríssima até, mas também profunda. Negá-la é não só inútil como uma escolha que nos rouba alguma coisa de vital” (BRUM, 2012, s./p.). Percebemos que os idosos ouvidos não sentem a velhice como uma etapa final e que nessa fase da vida buscam cuidar do corpo não para obscurecerem as marcas físicas que nos impõe a idade cronológica, e sim para poderem viver mais e continuar fazendo as atividades que gostam.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Myriam Moraes Lins (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos.* 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BORGES, Maria Claudia Moura. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil.* 2 ed. Campinas-SP: Alínea, p.79-104, 2006.
- BRASIL. *Constituição, 1988.* Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 15 de jun. de 2016.
- BRASIL. *Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.* Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 24 de abr. de 2016.
- BRASIL. *Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994.* Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm> Acesso em: 10 de maio de 2016.
- BRASIL. Ministério de Saúde. *Portaria n. 1395, de 10 de dezembro de 1999.* Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília-DF; 1999.
- BRASIL. Ministério de Saúde. *Portaria n. 2528/GM, de 19 de outubro de 2006.* Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília-DF; 2006.
- BRUM, Eliane. Me chamem de velha. *A velhice sofreu uma cirurgia plástica na linguagem.* Disponível em<<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/02/me-chamem-de-velha.html>> Acesso em: 20 de maio de 2016.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n, 110, p. 67-104, jul. 2000.*
- CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. “Como vive o idoso brasileiro?”. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, p.25-73, 2004.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, p.253-292, 2004.
- CASTILHO, Glória. Psicanálise e Velhice: o “idoso” é obsoleto? *Trivium - Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v 4, n.1, p. 48-58, jun. 2012.* Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v4n1/v4n1a06.pdf>> Acesso em: 01/06/2016.

- CHAIMOWICZ, Flávio. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, USP, v. 31, n. 2, p.184-200, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Schwarcz, 2001.
- COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social: Uma nova forma de gestão da assistência social. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, p.205-217, 2009.
- DEBERT, Grin Guita (Org.). Antropologia e Velhice. *Textos didáticos*. Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, n. 13, 1994.
- DEBERT, Grin Guita. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.49-67, 1998.
- DEBERT, Grin Guita. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, v.12 n.34, 1997.
- DEBERT, Guita Grin. O significado da velhice na sociedade brasileira. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v.12, p.147-158, 2000.
- DEBERT, Grin Guita; SIMÕES, Júlio Assis. A aposentadoria e a invenção da “terceira idade”. DEBERT, Grin Guita (Org.). Antropologia e Velhice. *Textos didáticos*. Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, n. 13, p.31-48, 1994.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa. *Ser Social*, Brasília, n.20, p.35-61, 2007.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. *Argumentum*, Vitória-ES, v.6, n.1, p.6-21, 2014.
- FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Conselho Municipal do Idoso*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=cmi>> Acesso em: 21 de jul. 2016.
- GAGLIETTI, Mauro, BARBOSA, S.H. Márcia. Que idade tem a velhice? *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v.4, n.2, p. 136-148, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 27, 2010.
- LEMONS, Daniela de; PALHARES, Fernanda; PINHEIRO, João Paulo; LANDENBERGER, Thaís. *A velhice*. Porto Alegre, UFRGS, 2001. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-texto.html>> Acesso em: 28 de maio de 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Orgs.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

- OTTONI, Máximo Alessandro Mendes. *A Trajetória das Políticas Públicas de Amparo ao idoso no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Montes Claros-MG, UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social-PPGD, 2012.
- PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myriam Moraes Lins (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 69-84, 1998.
- PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice, política e autonomia - o movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.26, p.144-159, 2007.
- PINHEIRO JUNIOR, Gilberto. Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica. *Linhas*, Florianópolis, UDESC, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2005.
- RODRIGUES, Nara da Costa. Política Nacional do Idoso: retrospectiva histórica. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*. Porto Alegre, v.3, p. 149-158, 2001.
- SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.
- VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. 2 ed. Campinas-SP: Alínea, 2006.
- WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p.5-23, 2006.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. Velhos camponeses. *Humanidades*, Brasília, Editora da UnB, n. 46, p.132-141, out.1999.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. *Praia Vermelha: estudos de política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, UFRJ, v.18, n.1, 2008. Disponível em:<<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/39/24>> Acesso em: 15 de junho de 2016.